

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E  
PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA MESTRADO  
PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

**“DE MODELO À TODA A TERRA”  
VALORIZANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL QUILOMBOLA NA SALA DE AULA**

**ALÁIDES TEREZINHA DIAS DA COSTA**

**Rio Grande, agosto de 2019.**

**“DE MODELO À TODA A TERRA”  
VALORIZANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL QUILOMBOLA NA SALA DE AULA**

**Trabalho apresentado como requisito final para aprovação na prova de Defesa do Programa de Pós-graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação da professora Dr(a). Carmem G. B. Schiavon.**

**Rio Grande, agosto de 2019.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmem G. Burgert Schiavon – FURG**  
**(Orientadora)**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giane Vargas Escobar \_ UNIPAMPA**  
**(Avaliadora)**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Kivanski de Senna \_ FURG**  
**(Avaliadora)**

**Prof. Dr. Mauro Dillman Tavares \_ UFPEL**  
**(Avaliador)**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à memória do meu pai, José Luiz. À minha mãe, Florinda, minhas irmãs Fabiane e Taís, meus sobrinhos Fabyo, Dafny e Rafaela, meu companheiro Fabrício e nosso filho José Antônio. Dedico, especialmente, à Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, onde mantenho minhas raízes firmes com meus ancestrais.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, nas suas mais variadas representações, pois acredito que sua energia nos impulsiona nos caminhos e escolhas que fazemos na vida, quando julgamos não sermos capazes, Ele nos leva mais longe.

À Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca e a comunidade escolar da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento pela acolhida e por acreditar no desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu companheiro Fabrício, pelo apoio constante nessa caminhada. Obrigado pela paciência, pelo carinho e pelo amor em todos os momentos.

Ao meu filho José Antônio, que ainda não chegou ao mundo, mas já fez uma revolução de amor e força em minha vida. Obrigado, meu filho.

Ao meu pai, *in memorian*, pelo amor em todos os momentos da minha vida, pelo incentivo ao estudo e pela força que sua memória me oferece todos os dias.

À minha mãe, por ser um exemplo a ser seguido, por sua força e coragem a frente de nossa família e, principalmente, pelo amor e dedicação dispensados a mim e minhas irmãs por toda a vida.

Às minhas irmãs, Fabiane e Taís, meus sobrinhos Fabyo, Dafny e Rafaela por serem fontes de inspiração e motivo de alegrias.

À minha amiga Dayana Anjos, por dividir comigo momentos de alegria, aprendizado e incertezas nessa caminhada.

À Professora Carmem Schiavon, minha estimada orientadora neste processo de busca por conhecimento, agradeço por cada palavra de apoio e por toda compreensão que teve com meus momentos de angústia e dificuldades. Muito obrigado, professora por ser fonte de inspiração e exemplo de profissional.

Ao professor Daniel Prado e meus colegas de trabalho, Priscila Gabe e Thomas Viera, na secretaria da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande, que me ofereceram apoio imprescindível para que eu pudesse hoje estar concluindo o curso de Mestrado, nunca esquecerei este momento de minha vida que compartilhei com vocês.

Agradeço de maneira especial ao amigo, companheiro de trabalho e exemplo de vida André Lemes da Silva por ter me estendido a mão e confiado na minha capacidade de trabalho.

Às colegas Mariana Xavier e Amanda Alves, companheiras de Pós-Graduação que foram exemplos de superação e força de vontade.

Agradeço de maneira muito especial a toda equipe da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande, sem o apoio desta equipe não seria possível concluir a Graduação e a Pós-Graduação, ali tive apoio psicológico, moradia, alimentação e atenção disponibilizados.

Agradeço aos Ex-Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef por empenharem-se em políticas que favorecessem a classe trabalhadora de nosso país, onde estão incluídas as ditas minorias, das quais faço parte por ser estudante negra, quilombola e de baixa renda. As políticas que permitiram o reconhecimento e regularização de territórios quilombolas, representaram uma mudança ao olhar para estas populações, afirmo que devo minha graduação às Políticas Públicas de Acesso e Permanência no Ensino Superior.

Agradeço à todas as pessoas que, de um modo ou de outro, contribuíram para a realização deste trabalho. A todos, os meus mais sinceros agradecimentos!

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados obtidos por meio de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, mestrado profissional. A pesquisa gira em torno do Patrimônio Cultural e da Educação Escolar Quilombola na Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, situada na cidade de Mostardas, Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo demonstraremos de que forma conceituamos, patrimônio, educação patrimonial, quilombo, educação quilombola, ensino de História, bem como nos propomos a pensar a quem serve o patrimônio... o patrimônio é o mesmo para todos? Assim, ao longo deste primeiro capítulo essas serão nossas indagações geradoras da pesquisa; para que se possa elucidá-las, faremos uso de revisão bibliográfica no tocante ao patrimônio, remanescentes de quilombos, educação e a educação ligada ao patrimônio e às populações ditas quilombolas.

No segundo capítulo, pretendemos apresentar parte prática da pesquisa em que demonstraremos nossa incursão na comunidade, conhecendo sua história e trajetória enquanto comunidade remanescente de quilombo, por meio da catalogação das peças oriundas da comunidade que compõem o acervo localizado na escola, observação das aulas da turma de quinto ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento e entrevista com a educadora da turma com o objetivo de identificar de que forma ocorre o ensino de História naquela turma, principalmente, o ensino da História local.

O terceiro capítulo será dedicado a demonstrar de que forma elaboraremos o material de apoio que será disponibilizado a quem realizar visita ao acervo de patrimônio quilombola, quais as atividades proporemos para compor esse material, quais ações de ensino/aprendizagem constarão nesse folheto informativo. Também, nesse capítulo, pretendemos dar conta de realizar ações de aproximação entre a turma do quinto ano da E.M.E.F Quitéria Pereira do Nascimento e o acervo do museu, bem como uma aproximação entre a comunidade escolar e o acervo, de forma mais generalizante.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo presentar los resultados obtenidos por medio de investigación desarrollada en el Programa de Post-Graduación en Historia, maestría profesional. La investigación gira en torno al Patrimonio Cultural y de la Educación Escolar Quilombola en la Comunidad de Casca, situada en la ciudad de Mostardas, Rio Grande do Sul.

En el primer capítulo demostraremos de qué forma conceptuamos patrimonio, educación patrimonial, quilombo, educación quilombola, así como, nos proponemos a pensar a quién sirve el patrimonio ... el patrimonio es el mismo para todos?

A lo largo este primer capítulo éstas serán nuestras indagaciones generadoras de la investigación, para que se pueda elucidarlas haremos uso de amplia revisión bibliográfica en lo referente al patrimonio, remanentes de quilombos, educación y la educación ligada al patrimonio y las poblaciones dichas quilombolas.

En el segundo capítulo pretendemos presentar parte práctica de la investigación en que demostraremos nuestra incursión en la comunidad, conociendo su historia y trayectoria como comunidad remanente de quilombo, por medio de la catalogación de las piezas de la comunidad que componen la colección ubicada en la escuela, observación de las clases de la clase de quinto año de la Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento y entrevista con la educadora de la clase con el objetivo de identificar de qué forma se da la enseñanza de Historia en aquella clase, principalmente, la enseñanza de la Historia local.

El tercer capítulo se dedicará a demostrar de qué forma elaboramos el material de apoyo que se pondrá a disposición de quienes realizar visita al acervo de patrimonio quilombola, cuáles las actividades propondremos para componer ese material, qué acciones de enseñanza y aprendizaje constarán en este folleto informativo. También en este capítulo pretendemos dar cuenta de realizar acciones de acercamiento entre la clase del quinto año de la E.M.E.F Quitéria Pereira do Nascimento y el acervo del museo, así como una aproximación entre la comunidad escolar y el acervo, de forma más generalizante.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA1:Folder de passeio turístico em Mostardas .....	37
FIGURA 2: Reprodução de painel que se encontra no saguão da Prefeitura Municipal de Mostardas.....	37
FIGURA 3: Fotografia de parada de ônibus no município de Mostardas .....	38
FIGURA 4: Vista geral da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento.....	43
FIGURA 5: Pavilhão de salas de aula da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento .....	44
FIGURA 6: Carta de Alforria do escravo Vicente, um dos libertos pelo Testamento de Quitéria Pereira do Nascimento em 1826 .....	50
FIGURA 7: Mapa que mostra a posição geográfica que o Município de Mostardas ocupa no Litoral do Rio Grande do Sul .....	52
FIGURA 8: Mostra a localização geográfica da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca no município de Mostardas .....	53
FIGURA 9: Chifre de veado utilizado para pendurar relho no galpão do Seu Zango, morador do Quilombo de Casca .....	56
FIGURA 10: Garrafa de barro utilizada para armazenar melado de cana .....	57
FIGURA 11: Pilão e socador doados por Dona Ilza Lopes de Matos .....	58
FIGURA 12: Aparelho de mimeógrafo utilizado o antigo prédio da escola Quitéria Pereira do Nascimento .....	60
FIGURA 13: Prato doado pela Senhora Odete Caetano, datado de 1880 .....	61
FIGURA 14: Moeda no valor de 1.000 Réis, doada por Dona Ilza Lopes de Matos .....	62
FIGURA 15: Capa do Livro Didático utilizado pelas turmas de 4 <sup>o</sup> e 5 <sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento .....	67
FIGURA 16: Imagem do índice do Livro utilizado pela professora do 5 <sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental, onde pode-se observar os conteúdos aplicados nas aulas de História .....	69
FIGURA 17: Imagem do índice do Livro utilizado pela professora do 5 <sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental, onde pode-se observar os conteúdos aplicados nas aulas de História .....	70
FIGURA 18: Fotografia das três fogueiras apresentadas na festa junina da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento em 2019.....	75
FIGURA 19: Fotografia de roda de conversa envolvendo comunidade quilombola e alunos do Município de Mostardas .....	80
FIGURA 20: Imagem de convite para a Festa da Família.....	81

FIGURA 21: Imagem da Festa da Família .....	82
FIGURA 22: Imagem do texto inicial da Cartilha de Patrimônio Quilombola.....	85
FIGURA 23: Imagem de texto aos educadores que consta da Cartilha .....	86
FIGURA 24: Imagem do “jogo trilha do quilombo” .....	87
FIGURA 25: Imagem de atividade didática que consta da Cartilha .....	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**IPHAN:** INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

**LDB:** LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

**FCP:** FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

**E.M.E.F.:** ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

**MNB:** MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

**FNB:** FRENTE NEGRA BRASILEIRA

**SEPPIR:** SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**INCRA:** INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**ADCT:** ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PROVISÓRIAS

**OIT:** ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

**PBQ:** PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA

**CEDEC:** COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

**PPP:** PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – COMO AURORA PRECURSORA ...QUILOMBO É PATRIMÔNIO .....</b>	<b>17</b>
1.1 Conhecer para preservar: O que é quilombo? Quem são seus remanescentes?.....	17
1.2 Preservar para conhecer: O que é patrimônio? A quem serve o patrimônio? .....	25
1.3 Educação patrimonial .....	29
1.4 Educação quilombola .....	39
<b>CAPÍTULO 2 – MOSTREMOS VALOR, CONSTÂNCIA..... O.. MUSEU ..LOCAL.. COMO AFIRMAÇÃO DE PERTENCIMENTO .....</b>	<b>48</b>
2.1 Reconhecendo o espaço em que se encontra o Acervo da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento: espaço físico e ideológico .....	48
2.2 Os artefatos e seus silenciamentos .....	55
2.3 O Museu como espaço de formação escolar .....	64
<b>CAPÍTULO 3 – SIRVAM NOSSAS FAÇANHAS .... ELABORAÇÃO DA CARTILHA DO PATRIMÔNIO QUILOMBOLA LOCAL .....</b>	<b>73</b>
3.1 Visitação de Reconhecimento: Atividade de aproximação entre escola e acervo .....	73
3.2 Reflexos do museu em sala de aula: atividade com a turma do 5º ano .....	76
3.3 Roda de conversa com a comunidade repensando o patrimônio identificado no acervo do museu e as relações de pertencimento .....	78
3.4 Elaboração da Cartilha do Patrimônio Quilombola da Comunidade de Casca .....	82
3.5 A Cartilha e sua utilização prática: exemplo de atividade de formação de professores ..	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE 1:Carta de apresentação da pesquisa.....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE 2: Carta de cessão de direito das entrevistas .....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICE 3: Entrevista com gestor do Município de Mostardas.....</b>	<b>102</b>
<b>APÊNDICE 4: Entrevista com professora .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE 5: Entrevista com professora .....</b>	<b>113</b>
<b>PRODUTO CRIADO: CARTILHA DO PATRIMÔNIO QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DE CASCA .....</b>	<b>.....</b>

## INTRODUÇÃO

O “litoral negro” do Rio Grande do Sul é formado por uma faixa de terras situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico e compreende as cidades de São José do Norte, Tavares, Mostardas e Palmares do Sul. Atualmente, nesta região, há oito comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares: Vila Nova em São José do Norte; Capororocas, Anastácia Machado e Vó Marinha em Tavares; Casca, Colodianos e Teixeiras em Mostardas; Limoeiro em Palmares do Sul.

Este trabalho tem por objetivo trazer considerações acerca do ensino formal escolar na Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca; sendo assim, trataremos de apresentar brevemente esta comunidade nas linhas, a seguir.

A comunidade remanescente de quilombo de Casca<sup>1</sup> possui uma trajetória muito específica quando pensamos sobre as formações de quilombos no Brasil colonial. A história dessa comunidade teve início a partir do Testamento de dona Quitéria Pereira do Nascimento, que sendo viúva e sem filhos, deixou em testamento uma porção de terras registrada como fazenda do Barro Vermelho, bem como cabeças de gado, louças, utensílios, joias, imagens de santos, peças de roupa, à dezesseis de seus escravizados. Além disso, foram deixados em testamento três jovens escravizados para servirem àqueles que foram alforriados por dona Quitéria. Tal fato acontece no ano de 1826, portanto, 62 anos antes da abolição da escravatura no Brasil.

Atualmente, a comunidade remanescente de quilombos de Casca caracteriza-se por, na sua grande maioria, constituir-se de trabalhadores rurais que desenvolvem atividades ligadas à produção de gêneros alimentícios básicos para a subsistência, através da produção em pequena escala de feijão, batata-doce, mandioca, milho, cebola, abóboras e a criação de animais, como vacas e ovelhas, sendo que, geralmente, os homens desenvolvem atividades como trabalhadores assalariados em granjas e fazendas que situam-se no entorno da comunidade. Outra característica que marca o quilombo é o fato de apresentar um contingente significativo de pessoas idosas, pensionistas da previdência social, que recebem uma renda oriunda da aposentadoria rural. Algumas mulheres trabalham como cozinheiras

---

1 A comunidade de Casca localiza-se às margens da RST 101, distante aproximadamente 70 quilômetros do município de Mostardas, na região do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul.

em fazendas da região, outras são donas de casa e algumas experimentam o trabalho em artesanato.<sup>2</sup>

A educação escolar quilombola ainda é algo muito recente na História da Educação Brasileira, as diretrizes para a implementação desta nova forma de pensar a educação para este grupo tão singular da população brasileira datam do ano de 2012 apenas, e quando relacionamos isso à Educação Patrimonial, percebemos que há uma forte demanda por maiores pesquisas ligando tais temas dada a relevância que o patrimônio material e imaterial representam para estas comunidades tidas como tradicionais e representativas de uma ancestralidade. Aqui digo “tidas como”, por entender que há uma conceituação equivocada para a palavra “tradicionais”; neste caso, onde a palavra passa a ter sentido de atrasadas, deslocadas no tempo ou, até mesmo, primitivas<sup>3</sup>.

Ao longo da trajetória escolar não foi possível observar o desenvolvimento de atividades que trouxessem protagonismo à história local pelo viés da população negra, mais precisamente da população remanescente de quilombo, na qual tenho raízes e que agora serve como base para o desenvolvimento deste trabalho. Durante o processo de formação escolar, nos níveis fundamental, médio e superior, fui constituindo-me enquanto negra, digo constituindo-me porque entendo que somos construções e estamos a todo momento assumindo posições e ressignificando sentidos. Lembro-me bem que ao ingressar no Ensino Fundamental não percebia distinção de cor em meus colegas; porém, aos poucos, tais marcas foram se fazendo sentir das mais variadas formas, e assim seguiu-se em uma crescente.

Quando da finalização do Ensino Médio segui para a cidade de Porto Alegre, onde fui trabalhar como empregada doméstica, profissão tradicional em minha família; inclusive, somos tidas como empregadas exemplares. Contudo, tinha sempre o sonho de tornar-me professora de educação infantil ou de História, percalços fizeram com que eu precisasse esperar por longos treze anos até que conseguisse permanecer no Ensino Superior, já que

---

2 Mais informações sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca podem ser observadas no livro “O Livro o Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em Perícia”, organizado pela Prof. Dra. Ilka Boaventura Leite, do Departamento de Antropologia da UFSC, editada no ano de 2002. Esta obra apresenta o Laudo Antropológico da Comunidade, de extrema relevância para sua Titulação como Comunidade Remanescente de Quilombo, ocorrida no dia 20 de novembro de 2010.

3 Para saber mais sobre a ideia de atraso ligada às comunidades tradicionais ler os artigos “O Lugar da Vida: Comunidade e Comunidade Tradicional”, de Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges e “Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva”, de Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Maria Inês Gasparetto Higuchi e Ana Carla dos Santos Bruno.

alcançar uma vaga na Universidade havia feito por três vezes mas, não pude permanecer, porque a situação financeira não me permitia tal “luxo”.

Ao ingressar na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no ano de 2013, para cursar História Licenciatura, eu já tinha minha posição de mulher negra bem demarcada, a vida havia me ensinado sobre isso, entretanto, foi aqui na Universidade que vim a me descobrir enquanto remanescente de quilombo, sabia que minha comunidade havia passado por diversas avaliações a fim de obter a Titulação de seu território, tinha conhecimento de que havíamos recebido aval da Fundação Cultural Palmares, nos reconhecendo como Comunidade Remanescente de Quilombo, sendo a primeira comunidade rural a receber a Titulação de suas terras aqui no Estado do Rio Grande do Sul mas, ainda assim, aquelas marcas que vinham sendo carregadas desde a infância, marcas de estigmatização do que é ser negro no Brasil, do que é ser negro no interior do Rio Grande do Sul, só vieram a receber novo significado ao longo das discussões possibilitadas pelo contato com outras ideias e pontos de vista dentro do curso de Licenciatura em História.

Dessa forma, a vida foi oferecendo-me indagações sobre minha própria trajetória de vida, que hoje tem reflexo no desenvolvimento da pesquisa que aqui será apresentada. Não se trata de uma pesquisa que tenha um fim em si mesma, uma pesquisa com a qual objetiva-se unicamente obter a titulação de Mestre em História. Ao contrário, visa-se aqui trazer uma nova perspectiva sobre o ensino escolar da disciplina de História tendo como ponto norteador o patrimônio relativo à Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, com o intuito de provocar que se observe o que dizem as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola, que se utilize das contribuições que a própria comunidade tem a oferecer para o contexto escolar. Dessa forma, expomos a seguir, a metodologia de trabalho que empregaremos nesta pesquisa, por entendermos que assim daremos conta de cumprir aquilo a que nos propomos, que é contribuir para a aplicação efetiva dos preceitos das Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola, na Comunidade de Casca.

Para tanto, no primeiro capítulo, demonstramos de que forma conceituamos, patrimônio, educação patrimonial, quilombo, educação quilombola, ensino de História local, bem como, nos propomos a pensar a quem serve o patrimônio... o patrimônio é o mesmo para todos? Ao longo deste primeiro, capítulo essas serão nossas indagações geradoras da pesquisa e para que possamos elucidá-las, faremos uso de ampla revisão bibliográfica no tocante à temática como patrimônio, remanescentes de quilombos, educação e a educação ligada ao patrimônio e as populações ditas quilombolas.

No segundo capítulo, temos a intenção de apresentar parte prática da pesquisa, momento em que demonstraremos nossa incursão na comunidade, conhecendo sua história e trajetória enquanto comunidade remanescente de quilombo, por meio da observação das aulas da turma de quinto ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento e entrevista com a educadora da turma com o objetivo de identificarmos de que forma ocorre o ensino de História naquela turma, principalmente, o ensino da História local.

O terceiro capítulo, será dedicado a demonstrarmos de que forma elaboraremos o material de apoio que será disponibilizado a quem realizar visita ao acervo de patrimônio quilombola, quais as atividades proporemos para compor esse material e quais ações de ensino/aprendizagem constarão nesse folheto informativo. Também, nesse capítulo, pretendemos dar conta de realizar ações de aproximação entre a turma do quinto ano da E.M.E.F Quitéria Pereira do Nascimento e o acervo do museu, bem como uma aproximação entre a comunidade escolar e o acervo, de forma mais generalizante.

Por fim, é necessário que tracemos considerações sobre a imagem de capa deste trabalho. Ali temos uma *Sankofa*, ave mitológica da simbologia *Adinkra* que representa o aprendizado com o passado, com os antigos. *Adinkra* são símbolos que representam provérbios e ensinamentos populares presentes em populações de Gana e da Costa do Marfim na África, trazem reflexões acerca da família, virtudes, deveres, integridade tolerância, determinação, etc. Desse modo, reconhecemos a imagem aqui utilizada como um símbolo do que se pretende com essa pesquisa, queremos aprender com nossos antepassados. E em aprendendo, queremos disponibilizar esse ensinamento às gerações futuras e, comunidade em geral.

Demarcando o pertencimento a tal comunidade entendemos que não há melhor simbologia para representar o sentimento que a realização deste suscita, uma lembrança dos que aqui estiveram e dos que aqui estão, bem como uma maneira de nós que aqui estamos deixarmos nossa contribuição para os que virão, em um ciclo constante de ensino e aprendizagem.

## **CAPÍTULO 1 – COMO AURORA PRECURSORA... QUILOMBO É PATRIMÔNIO**

Ao iniciarmos este trabalho de pesquisa temos como ponto de partida muitas inquietações, afinal, deixamos o estado de inércia por ação de algo que nos mobiliza a agir; neste caso, esse efeito é dado pela inquietação que se tem em perceber como se trabalha com o ensino da História Local em uma comunidade quilombola específica, a Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, no município de Mostardas e, para além disso, buscar saber se o patrimônio daquela comunidade é utilizado em sala de aula, já que a instituição conta com um acervo de peças oriundas da própria comunidade, que ajuda a contar partes de sua trajetória enquanto comunidade remanescente de quilombo.

Buscando compreender melhor o contexto em que trabalhamos, entendemos ser de extrema relevância compreender alguns conceitos relacionados às comunidades remanescentes de quilombo, ao patrimônio, seu conceito mais amplo e, também aquele especificamente ligado às comunidades quilombolas para, a partir disso, seguirmos buscando compreender a educação patrimonial e a educação formal quilombola, inseridas neste contexto, já que estes são conceitos fundamentais ao satisfatório desenvolvimento deste trabalho, de tal forma que apresentamos neste primeiro capítulo uma discussão teórica sobre tais temas, com vistas a explicitar nosso olhar sobre o assunto.

### **1.1 Conhecer para preservar: O que é quilombo? Quem são seus remanescentes?**

Para que possamos dar início a este trabalho, alguns pontos precisam ser conceituados, há a necessidade de explicitar o que entendemos por quilombolas e remanescentes de quilombos, para que assim seja possível contextualizar as ações que pretendemos realizar ao longo do desenvolvimento do trabalho que aqui apresentamos. Sendo assim, seguimos com o intuito de demonstrar de que forma as comunidades quilombolas foram retratadas em diversos períodos da História do Brasil.

Iniciamos por tratar de uma temática que tem sido recorrente nas aulas de História do Ensino Fundamental e Médio, sendo, por vezes o único momento em que percebemos a presença da história do negro em sala de aula: a escravidão, que se deu num contexto inóspito para os direitos e garantias fundamentais, de insalubridade e manifesto desrespeito

à condição humana do negro, trazido forçosamente de território estrangeiro para exploração física em favor dos que aqui colonizaram o Brasil.

Ao contrário do que era transmitido até bem pouco tempo atrás, as populações negras que foram escravizadas não aceitavam com mansidão e passividade a condição em que haviam sido postas, e a resistência negra fortificou-se e reuniu grande número de aderentes contra a segregação racial que imperava no Brasil e que ceifou de forma brutal os direitos naturais que são conferidos a todo homem, mas que, à época, não possuíam a menor relevância já que não interessava àqueles que se utilizavam da escravização de outros como forma de produzir e gerar lucros e benefícios.

Neste contexto conturbado de opressões e disputas de forças surgiram os quilombos, unidades com forte carga étnica, de identidade cultural, social, religiosa, diretamente ligadas ao território ao qual se alojavam; tal fato pode ser entendido como o ponto principal de sua autonomia fora do sistema de escravidão, pois sobreviviam de atividades de subsistência possibilitadas justamente pela terra. Porém, esse entendimento sobre os quilombos é bastante recente, basta darmos uma olhada em como essas comunidades eram percebidas na década de 1980, que vamos entender os motivos que levam tais comunidades a serem marginalizadas até os dias atuais<sup>4</sup>, embora muita coisa tenha mudado por meio de pesquisas, que dão conta de tal temática como também por meio de uma nova perspectiva de análise das fontes bibliográficas também<sup>5</sup>.

Quando utilizamos como fonte de trabalho o livro **“Quilombos Resistência ao Escravismo”**, escrito por Clóvis Moura e publicado em 1993, notamos que o autor possui o entendimento de que os quilombos são uma instituição que se perdeu no tempo quando do final do período escravocrata brasileiro, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel do Brasil. Neste sentido, observamos de que maneira Moura apresenta o conceito de Quilombo em sua obra:

Quilombo era, segundo definição do Rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não

---

4 Citamos como exemplo dessa marginalização a fala do político Luiz Carlos Heinze, filiado ao Partido Progressista do Rio Grande do Sul, que no ano de 2013, referiu-se aos remanescentes de quilombos, indígenas, gays e lésbicas, como “tudo que não presta”. O vídeo está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>

5 Para saber mais sobre o assunto, ler: “Descolonização do Conhecimento no Século XXI”, de Ângela Figueiredo. FIGUEIREDO, Ângela. **Descolonização do conhecimento no Século XXI**. In Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro / organizado por Ana Rita Santiago... [et al.]. – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2017.

tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo as condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos (MOURA, 1993, p. 11).

Ao iniciar a frase utilizando a conjugação pretérita para o verbo “ser” e seguir referindo-se no pretérito ao fazer menção à quilombagem, o autor já demarca sua posição de localizar os quilombos como fenômeno exclusivo do período escravista brasileiro, como podemos confirmar no seguinte trecho da mesma obra, em que, ao falar sobre os quilombos e sua forma de organização, Moura menciona que:

Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e durações muito diferentes. Havia os pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos (MOURA, 1993, p. 12).

Se, por um lado, podemos entender o autor como tendo uma visão antiquada sobre os processos de quilombagem no Brasil e na América Latina, sem que com isso pretendamos deslocá-lo de seu tempo de vivência. Não podemos deixar de salientar o entendimento que o mesmo tem sobre as relações que se davam na sociedade colonial brasileira, ao falar sobre as contradições fundamentais existentes no regime escravista, Moura nos diz que:

Daí podemos ver que a estratificação dessa sociedade, na qual as duas classes fundamentais -senhores e escravos- se chocavam, era criada pela contradição básica que determinava a classe dos escravos (oprimida) e a dos senhores de escravos (opressora/dominante) produziam a contradição fundamental. Essa realidade gerava a sua dinâmica nos seus níveis mais expressivos. Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação dos oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia (MOURA, 1993, p. 9-10).

Como mencionado anteriormente, temos por objetivo nesse tópico trazer breves considerações sobre as modificações que o conceito de quilombo sofreu ao longo do tempo. Dessa forma, nada mais justo do que trazermos a obra **“Os quilombos na dinâmica social do Brasil”** do mesmo autor, Clóvis Moura, publicada em 2001, contendo uma compilação de textos que tem como ponto central os quilombos. Naturalmente, porém, apresenta-se dividido em três módulos distintos, são estes: “Textos introdutórios, singularidades dos quilombos e A herança quilombola”.

Com o que está posto acima, podemos denotar uma forte mudança de ponto de vista, sobre a temática, revelado pelo autor. Ao falar em herança quilombola, Clóvis Moura põe por terra sua ideia de 1993, que dizia que os processos de quilombagem estavam presentes apenas no Brasil colônia e seu regime escravista de produção. Observamos essa nova interpretação sobre a temática quando Moura nos informa que “os autores ao abordarem o problema das terras dos remanescentes de quilombos, demonstram como a quilombagem ainda é um processo em curso; não é um processo do passado, mas está inserido no contexto da problemática social e de identidade étnica atual” (MOURA, 2001, p.10).

Entendemos que essa mudança de discurso esteja relacionada a maior visibilidade das lutas do movimento negro brasileiro depois da abertura política do país, no período subsequente ao final da longa e amordaçadora ditadura civil-militar brasileira. Nesse período bastante conturbado da política nacional, aqui incluímos desde os governos varguistas até a segunda metade da década de 1970, o Movimento Negro Brasileiro (MNB) passou por forte desmobilização e viu sua luta ser posta na clandestinidade. A respeito do período que se inicia em 1964, Domingues nos informa que:

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil[...] (DOMINGUES, 2007, p.111).

Ainda, tendo como base o artigo de Domingues, observamos que o movimento negro brasileiro, nas primeiras décadas da República brasileira, “era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo” (2007, p.105). Tinham um caráter assistencialista, com atividades de cunho cultural, por exemplo. Logo em seguida, em seu texto, o autor aponta o que entende ser “um salto qualitativo” para o movimento negro brasileiro, que é a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931, e do Centro Cívico Palmares, em 1926, “estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas [...] a entidade (FNB) desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo teatral e musical, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, *A Voz da Raça*” (p. 16-17).

Quando pensamos nas conquistas possibilitadas pelas lutas do Movimento Negro, precisamos destacar que não resume-se em “vantagens” à população negra, mas em novas perspectivas de olhar a sociedade brasileira como um todo. Ao tratar sobre a necessidade de uma descolonização dos currículos escolares, Gomes coloca-nos a seguinte reflexão:

É sempre bom destacar que os movimentos sociais têm como intenção política atingir de forma positiva toda a sociedade e não somente os grupos sociais por eles representados. Em sociedades pluriétnicas e multirraciais como o Brasil, os avanços em prol da articulação diversidade e cidadania poderão ser compreendidos como ganhos para a construção de uma democracia, de fato, que tenha como norte político a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais e supere o tão propagado mito da democracia racial (GOMES, 2012, p.106).

Salientamos que o histórico de exclusão em que as populações negras se viam envoltas, de maneira geral, ocasionaram uma defasagem de agentes pertencentes àqueles lugares de fala, que pudessem dar voz às demandas dessa população e, apenas quando os negros tiveram acesso às escolas e puderam buscar instrução formal, é que passou a ocorrer uma maior incidência de pesquisas cuja temática central seja a história das populações negras brasileiras. Porém, essas pesquisas, ainda enfrentam algumas barreiras, conforme destaca Figueiredo:

Desse modo, os pesquisadores negros não só historicamente estiveram à margem, como ainda, na maioria das vezes, são tratados com desconfiança, já que a proximidade com o tema e a perspectiva política presente nos estudos, muitas vezes, servem, de argumento para desqualificar a produção de intelectuais negros, por estarem demasiadamente próximos do objeto e, portanto, supostamente não terem a necessária neutralidade e objetividade para analisar um fenômeno social do qual fazem parte (FIGUEIREDO, 2017, p.89).

Quando falamos sobre trabalhos acadêmicos cujo ponto focal seja os quilombos e as comunidades remanescentes de quilombo, percebemos uma defasagem ainda maior, já que o acesso dessas comunidades à informação de que sua trajetória enquanto grupo social se difere da história do negro brasileiro de maneira geral, é bastante recente. Encontramos respaldo para tal afirmação no pensamento de Gomes, que ao referir-se sobre os motivos que levam à urgente necessidade de uma descolonização dos currículos escolares, nos traz um breve panorama sobre a mudança de paradigma que o acesso dos negros a espaços de educação superior provoca. Assim, a autora nos diz que:

[...] Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados e desconsiderados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias. Questionam nossos currículos colonizados e colonizadores e exigem propostas emancipatórias [...] (GOMES, 2012, p. 99).

Consideramos que o mito da democracia racial brasileira tenha possuído imensurável influência no processo de colonização dos currículos escolares, bem como tenha oferecido grande aporte para que a mescla entre a história das comunidades remanescentes de quilombo e a história do negro brasileiro tomassem a forma de um amálgama, que interligava os dois eixos de maneira a não se perceber diferenciações entre eles, fazendo com que ambas as temáticas fossem fortemente suprimidas das discussões no contexto da sala de aula.

Contudo, mesmo com toda a influência externa, que insistia em tentativas de apagar as comunidades remanescentes de quilombo da história do negro brasileiro, essas comunidades cresceram, ganharam força e permaneceram como símbolo de luta e resistência, não apenas de um povo, mas de modos de fazer e tradições que se mantiveram naqueles espaços.

Com base nestas considerações, a conceituação que se faz hoje sobre as comunidades remanescentes de quilombo faz parte do princípio de que estes são grupos sociais cuja identidade é demarcada por um processo de autoidentificação, não se resumindo a elementos materiais ou traços biológicos, como a cor da pele e cabelo, por exemplo, ou seja, ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos, religiosos e culturais, modos de fazer, etc. diferencia-os do restante da sociedade.

São comunidades que desenvolveram processos de resistência para manterem e reproduzirem seu modo de vida característico em um determinado lugar, com o qual desenvolvem relações de mutualidade. O quilombola e seu território possuem relações que permeiam o seu modo de vida, sua religiosidade e entendimento de mundo. Suas relações familiares e de trabalho, em geral, estão interligadas ao seu território.

Cabe salientarmos que estas não são comunidades necessariamente isoladas ou compostas por um tipo de população homogênea, não o eram em sua origem no Brasil

colônia e não o são hoje. As comunidades quilombolas foram constituídas por processos diversos, incluindo, além das fugas para ocupação de terras livres, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, compra ou a permanência em terras que eram ocupadas e cultivadas em grandes propriedades. Além da diversidade de etnias que compunham um território de quilombo e que ainda hoje pode ser sentido nas comunidades remanescentes de quilombo, afinal, tais comunidades não se encontram isoladas do mundo, mantêm suas relações com comunidades externas e dessa forma há a interação entre as mesmas; há trocas culturais, matrimônios, enfim, as mais variadas relações sociais. Conforme Oliveira, ao tratarmos sobre as novas conceituações para o que vem a ser definido como quilombo e as implicações que tal fato suscita, temos a afirmação de que:

[...] o quilombo vem sendo pensado relacionado aos conceitos de grupo étnico e etnicidade, que se referem aos contextos e situações de interação social, considerando o critério da autodefinição. Nesses casos, a etnicidade é entendida como um fenômeno político, em que as práticas culturais específicas são assumidas como distintivos do modo de ser quilombola, que, por sua vez, deve ser analisado num contexto relacional, implicando uma situação em que os coletivos quilombolas se definem e se afirmam como sujeitos políticos de direitos sociais específicos. Ser quilombola é ter uma percepção coletiva de si, construída de dentro para fora e em relação a agentes externos. Assim, os agrupamentos quilombolas apropriam-se de narrativas, memória e referências culturais do passado e do presente para definirem suas próprias identidades, e estabelecem projetos de organização política em níveis local, regional e nacional (associações, federações e coordenações em níveis estadual e federal) que funcionam como suportes em situações de embates por direitos e autonomias (OLIVEIRA, 2016, p.24).

O número de comunidades quilombolas existentes no Brasil não é preciso, já que o processo para a titulação de tais comunidades baseia-se na autoidentificação, conforme afirmação feita acima, e, como citado anteriormente, a história das comunidades remanescentes de quilombo confunde-se com a história das populações negras brasileiras de maneira geral, mas estima-se que há, pelo menos, três mil e cinquenta e uma (3.051) comunidades em todo o território nacional, e iniciaram o processo para que seu território seja reconhecido pelas autoridades competentes, localizadas nos estados do Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins,

segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), que datam do ano de 2017<sup>6</sup>. Os estados brasileiros que possuem a maior quantidade de comunidades quilombolas com cadastro na FCP são a Bahia (747), o Maranhão (699), Minas Gerais (328) e o Pará (256), sendo que o estado do Rio Grande do Sul conta com 126 comunidades cadastradas.

Conforme dados oficiais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgãos responsáveis pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, percebe-se a quantidade de etapas pelas quais passa um processo de titulação de terras remanescente de quilombo, é extremamente burocrático, existem atualmente mais de setecentas comunidades oficialmente registradas pela Fundação Palmares, do Ministério da Cultura e mais de duzentos processos de regularização fundiária em andamento, envolvendo mais de trezentas comunidades espalhadas por 24 estados brasileiros.

A partir da Constituição Federal de 1988, devido à mobilização do movimento negro no País, a questão quilombola passou a fazer parte das políticas públicas brasileiras. O Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (ADCT, 1988). O Decreto 4887/2003, concedeu aos quilombolas o direito à autoatribuição como critério para identificação das suas comunidades, fundamentando-se na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais, regulamentando o procedimento da regularização fundiária: São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

A Declaração de Durban, África do Sul, elaborada na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, reconheceu que os afrodescendentes das Américas são vítimas de racismo e discriminação racial, levantando questões dos direitos dessa população às suas terras ancestrais. A Declaração foi a base para a criação, no Brasil, da Política Nacional de

---

<sup>6</sup> Mais informações sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil podem ser obtidas em <<http://www.palmares.gov.br/>>.

Promoção da Igualdade Racial, instituída pelo Decreto 4886/2003, com programas de políticas públicas voltadas para a igualdade racial e ao combate à discriminação étnica.

Dentre as ações propostas pelo Decreto encontra-se o Programa Brasil Quilombola (PBQ), que atua no apoio às comunidades quilombolas, por meio de ações de acompanhamento e apoio à regularização da posse da terra quilombola; infraestrutura e serviços ligados à saúde e educação, entre outros, nas áreas remanescentes de quilombos; ações que promovam o desenvolvimento econômico e social das comunidades remanescentes de quilombo, tais como, cursos de aprimoramento em artesanato e culinária, por exemplo. O Programa Brasil Quilombola também visa contribuir com as comunidades quilombolas em questões que incidam sobre sua participação em espaços coletivos de controle e participação social, como, por exemplo, conselhos e fóruns.

Estudos realizados recentemente sobre a situação das comunidades quilombolas apontam para diversos problemas de infraestrutura e qualidade de vida, como habitações precárias, construídas de palha ou de pau a pique; escassez de água potável e instalações sanitárias inadequadas; acesso difícil às escolas, construídas em locais distantes das residências dos alunos, com sistema de transporte escolar precário ou inexistente; meios de transporte que ligam as comunidades remanescente de quilombo à outras comunidades e ao município em que se localizam, ineficientes e escassos; inexistência de postos de saúde na maioria das comunidades, com pouco atendimento disponível, às vezes só possível a quilômetros de distância. Além disso, há outro grande problema apontado que é: a discriminação com que são tratados os habitantes das comunidades quilombolas<sup>7</sup>. Deprendemos que por mais que existam prerrogativas legais que tenham por objetivo diminuir a condição de desigualdade em que se encontram as comunidades remanescentes de quilombo hoje, ainda estamos longe de ver a efetividade dessas ações.

## **1.2 Preservar para conhecer: O que é patrimônio? A quem serve o patrimônio?**

---

<sup>7</sup> Podemos citar como exemplo dessa discriminação a fala do atual Presidente do Brasil, na época, Deputado Federal, Jair Bolsonaro, no Clube Hebraica na cidade do Rio de Janeiro, em que este fala que ao visitar uma comunidade quilombola “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas” e ao referir-se a quilombolas disse “não fazem nada, eu acho que nem para procriar servem mais”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zSTdTjsio5g>. Ressaltamos que no mês de setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal não considerou este um caso de racismo.

O conceito de patrimônio geralmente está relacionado ao legado herdado do passado e que se transmite às futuras gerações. Não entendemos essa definição como sendo incorreta, porém não devemos pautar o patrimônio exclusivamente como algo relacionado aos vestígios de processos históricos. Todas as manifestações materiais de cultura criadas pelo homem têm uma existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas destas manifestações não resistem à temporalidade, esvaem-se na sua utilidade e significação. Outras, por outro lado, sobrevivem, acumulando-se a tantas outras expressões materiais e, através da própria dinâmica da existência, podem vir a ser ressignificados por gerações vindouras. Acerca da significação dada à palavra patrimônio, Figueira e Miranda dizem que:

[...] esteve, durante muito tempo relacionado principalmente às propriedades e a outros bens móveis adquiridos em vida e transmitidos após a morte aos descendentes de uma família como herança. Sua acepção posterior nas expressões patrimônio nacional, patrimônio histórico e patrimônio cultural adquiriu diferentes significados, prevalecendo, por fim, um sentido de referência, que é o de bens representativos da memória coletiva de um povo, de uma civilização (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p.15).

Assim, esses objetos que acreditamos pertencerem ao conjunto de artefatos patrimoniais de uma coletividade, e até mesmo da humanidade, estabelecem nexos de pertencimento, simbolizam relações imaginadas e que parecem adquirir materialidade a partir da existência desses monumentos. O termo patrimônio supõe, portanto, uma relação com o tempo e com a movimentação que este propõe. Sendo assim, ao buscarmos uma maior compreensão sobre o sentido dado ao patrimônio, refletiremos sobre as significações dadas à passagem do próprio tempo dentro de determinada cultura. Esses movimentos de “espaços de temporalidade” são próprios de qualquer sociedade humana.

É através deste trabalho de produzir sentido para a passagem do tempo que as sociedades constroem suas noções de passado, presente e futuro, como formas históricas e sociais de significar o transcurso do tempo e de sua própria constituição enquanto sociedade, grupo social. Entendemos que esta relação de valoração é determinante para que possamos compreender determinadas manifestações como sendo patrimônio representativo da comunidade em detrimento a outras; neste ponto “escolhe-se” quais indivíduos, fatos, fazeres e símbolos “servem” para que se remonte a história do grupo. Aqui, deixamos em destaque a palavra, “escolhe-se” por entendermos que não se trata de uma escolha

intencional, mas de algo que vai sendo construído por meio de demandas ao longo do tempo; sendo que esse processo de escolha não é intencional, mas é consciente, sabe-se que ao priorizar determinados fatos, se está deixando para trás um outro viés da história.

Sendo assim, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio. O patrimônio não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja transmitir ao futuro. Ou seja, o patrimônio de um determinado grupo social é dado pela ação daquela sociedade, isto é, a mesma faz escolhas culturais sobre os monumentos que a representam e que desejam deixar de herança às gerações futuras. Existe também uma noção de posse, pertencimento, por parte do grupo relacionado ao legado que é coletivamente herdado. Esta noção de patrimônio, com a ideia de posse que lhe é inerente, traz consigo uma noção de algo que possui valor. Valor este que é atribuído socialmente, ou individualmente a estes bens, de acordo com as referências de passado a que estes remontam, sendo assim podemos dizer que patrimônio é algo que possui uma valoração diferente para cada indivíduo ou sociedade.

Dessa forma, vimos uma transposição desse conceito de Patrimônio, como algo mutável de acordo com a valoração que a comunidade proporciona ao mesmo, na fala de Oliveira, que ao referir-se ao Patrimônio Cultural nas comunidades quilombolas chega à seguinte conclusão:

[...] Esse patrimônio é entendido como ordens simbólicas produzidas e reproduzidas nos processos organizativos das próprias comunidades e de suas relações com a identidade nacional brasileira, principalmente a partir da implementação dos dispositivos da Constituição Federal de 1988. Assim, tendo como referência os contextos atuais em que se encontram inseridos os quilombos e os processos de reconhecimento territorial a partir do Decreto no 4.877/2003, e levando em consideração suas conformações identitárias, pode-se afirmar que as lideranças quilombolas selecionam narrativas, lembranças (e silêncios), recriam tradições e celebrações festivas, e dão ênfase a práticas culturais pouco valorizadas até então como quilombolas [...] (OLIVEIRA, 2016, p.25).

Cabe salientar que no trecho citado acima parece haver uma conceituação de quilombo como uma sociedade estanque no tempo. Ora, entendemos que todo o patrimônio passa por constantes processos de resignificação e não seria diferente com o patrimônio ligado às comunidades remanescentes de quilombo, que possuem sim muitas especificidades, mas ainda assim estão inseridas em um contexto maior do que os limites das terras de seus

quilombos, interagindo com outras comunidades que também possuem especificidades e modos de viver próprios.

Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. E sendo o símbolo um veículo privilegiado de transmissão cultural, os seres humanos mantêm através destes, estreitos vínculos com o passado e é através desta identidade passado/presente que nos reconhecemos coletivamente como pertencentes a um mesmo grupo social, que nos identificamos com os demais indivíduos que compõem este grupo e que, conseqüentemente, determinamos quais indivíduos não pertencem ao grupo, quais os padrões de comportamento não serão admitidos dentro da sociedade.

Por meio do passado é construído o sentimento de pertencimento ao grupo, há uma identificação do indivíduo com seu grupo e, ao mesmo tempo, cria-se um modelo social a ser transmitido às gerações vindouras. A memória coletiva que é construída ao longo do tempo pelos membros da comunidade materializa no presente aqueles símbolos herdados do passado, fazendo com que haja uma maior compreensão sobre o presente da comunidade por seus membros, bem como, por meio da valorização do legado histórico herdado, falando especificamente das comunidades quilombolas, veem uma nova perspectiva sobre suas trajetórias, acabando muitas vezes por perceberem os processos de exclusão em que estão inseridos e as causas dos mesmos, bem como, acabam por perceber a relevância do espaço em que habitam hoje e que foi herdado de seus ancestrais.

Tratando especificamente do Patrimônio Quilombola, Oliveira tem um entendimento bastante específico sobre o papel desempenhado pelos departamentos ligados ao Governo Federal, ponto de vista com o qual concordamos por compreendermos que a relevância do patrimônio para as comunidades quilombolas está inserida como uma de suas relações intrínsecas com a terra em que habitam, sendo assim não nos parece correto legar *status* de patrimônio nacional ao patrimônio quilombola, e deixar de lado, ou emperrar em burocracias infundáveis, processos de legalização da posse de terra pelos quilombolas. Abaixo, destacamos o trecho em que Oliveira apresenta seu ponto de vista sobre o papel do Estado relacionado ao Patrimônio Quilombola:

[...] Estado tem realizado registros de patrimônio cultural de diversas comunidades quilombolas como patrimônio cultural brasileiro. No entanto, no caso dessas comunidades, nenhum patrimônio terá sua salvaguarda

assegurada sem o direito à liberdade e à autonomia de tais coletividades para reproduzirem e transmitirem seus modos de ser, fazer, produzir, festejar e celebrar; sem o direito de fato à titulação definitiva de suas terras-territórios, como dimensões e bases fundamentais para as suas existências. Neste caso, existir sobre territórios, orientados por territorialidades específicas, é ser, é vir-a-ser, e é ter asseguradas as condições sociais para a reprodução da própria identidade quilombola (OLIVEIRA, 2016, p.25).

Dessa forma, podemos perceber o valor que o patrimônio possui para as comunidades tradicionais brasileiras, pois, conforme já dissemos anteriormente, é por meio do patrimônio em suas mais variadas vertentes, que estas comunidades mantêm suas raízes firmes, podendo situarem-se no tempo presente e, ao mesmo tempo, lançar o olhar para o futuro. Essa condição de situar-se em seu tempo é de extrema relevância em nosso entendimento, pois permite que as comunidades remanescentes de quilombo possam efetivamente buscar seus espaços de forma mais assertiva, com maior clareza sobre quais ações viriam a beneficiar de forma prática, suas comunidades.

### **1.3 Educação patrimonial**

Ao falarmos, anteriormente, sobre o patrimônio das comunidades quilombolas procuramos ressaltar a relevância que este representa para tais comunidades, como uma forma de autoafirmação, de reconhecimento enquanto povo e de demarcação de trajetória histórica. A seguir, buscaremos traçar algumas perspectivas sobre o papel e a necessidade de se aplicar a educação patrimonial como uma prática efetiva escolar, mais especificamente, como uma prática na educação quilombola.

Iniciamos, ressaltando que os processos educacionais que tenham como foco o patrimônio cultural devem estar integrados às demais dimensões da vida das pessoas. Em outras palavras, devem fazer sentido e serem percebidos nas práticas cotidianas, já que utilizaremos como objeto de trabalho o conjunto patrimonial relacionado àquela cultura/sociedade a mesma deve se perceber como parte das atividades. Citamos o que diz Evelina Grunberg, em seu Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, sobre o que vem a ser a educação patrimonial por entender que tal parecer é um importante referencial sobre a temática que aqui se pretende desenvolver, dessa forma:

Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio

Cultural com todas as suas manifestações. Mas o que é Patrimônio Cultural? São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdaram dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo” [...] (GRUNBERG, 2007, p.5).

Entendemos que a educação patrimonial hoje diz respeito a um processo vivo, conforme citação à cima, que está suscetível a significados e ressignificações por aqueles indivíduos que são parte do processo educativo. É um movimento constante de atribuição de valores e sentidos para os monumentos sobre os quais as atividades se debruçam. Olhando especificamente para a temática deste trabalho, dizemos que, o acervo da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, possui sentidos diferentes para cada indivíduo que estará em contato com as peças do acervo e com a historicidade das mesmas.

Segundo Florêncio, “hoje em dia, a Educação Patrimonial superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas” (2016, p. 9). Dessa forma, podemos transportar tal afirmação para as atividades que se pretende desenvolver na Comunidade de Casca, já que não teremos o olhar exclusivamente voltado para o acervo de peças, mas, também, temos como ponto focal a trajetória daquela população e sua comunidade escolar como um todo.

Ao trabalharmos com o patrimônio material e imaterial daquela comunidade, temos como um objetivo específico aprofundarmos os conhecimentos sobre a história daquele grupo, pois entendemos que os processos de ensino/aprendizagem são realmente amplos e não estão contidos apenas nas salas de aula do núcleo escolar quilombola. Sendo assim, levamos em conta a afirmação de Florêncio sobre a educação patrimonial, em que nos diz que:

Deve, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal. Assim, também é fundamental conceber a Educação Patrimonial em sua dimensão política, a partir da concepção de que tanto a memória como o esquecimento são produtos sociais. É preciso o enfrentamento do desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê

no conjunto do que é chamado de patrimônio cultural nacional (FLORÊNCIO, 2016, p.12).

Corroborando com a ideia de que a educação deve ser encarada como um ato político e mobilizador de mudanças sociais, com a qual concordamos, temos a fala de Moll, que ao tratar sobre as especificidades da educação integral, nos fala que:

A questão estrutural da educação, observada pelo prisma da educação integral, é a superação das profundas desigualdades sociais nas próprias escolas públicas e entre escolas públicas e privadas. Não se trata de reduzir o debate da educação integral ao campo da assistência social, e sim de facilitar o acesso a um capital cultural que faça diferença nos processos de inserção social, na perspectiva da superação da “sociedade de castas” que separa as classes populares das classes médias e altas do país (MOLL, 2009, p.13).

Seguindo a linha de raciocínio da autora sobre educação integral, entendemos que trabalhar com patrimônio local possibilita uma valorização, não apenas do patrimônio, mas de toda a sociedade a quem este é representativo. Olhando para a questão do patrimônio quilombola podemos sinalizar que esse movimento de valorização do patrimônio local representa uma quebra de paradigma. Durante os processos de pesquisa, podemos perceber que a cidade de Mostardas onde está localizado o quilombo tem por tradição valorizar a cultura açoriana herdada dos colonizadores portugueses, tanto que o *slogan* do município é “Mostardas cidade Açoriana” e no ano de 2017, surgiu um movimento popular que tem buscado visibilidade para o *slogan* “Mostardas cidade Afro-açoriana”.

Em entrevista realizada com gestor do município de Mostardas, responsável pela Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Meio Ambiente, tocamos na temática da mudança de perspectiva sobre o *slogan* da cidade, onde, conforme citado anteriormente, tem-se optado pela frase “Mostardas cidade afro-açoriana”, buscando entender se essa mudança tem apoio político ou se é uma iniciativa individual do gestor, já que é por meio das publicações deste em redes sociais, que se tem visto tal mudança com maior frequência, fizemos tal questionamento ao gestor e obtivemos estas observações como resposta:

É uma iniciativa, digamos que assim, talvez tenha iniciado como uma iniciativa particular, mas que tem ganhado força dentro da prefeitura. O prefeito inclusive tem defendido isso já, porque o que a gente tem dito em Mostardas... historicamente se deu o título de Mostardas cidade açoriana, que foi colonizada pelos açorianos e que a cultura de Mostardas era açoriana, mas a gente que vive aqui sabe que Mostardas tem uma importante participação açoriana e em momento algum a gente nega isso, bem pelo contrário, a gente

reconhece e valoriza a cultura açoriana na nossa formação, mas a gente também quer dizer que Mostardas tem uma herança muito forte africana da cultura, da história, da memória e que não é só uma herança moldada pela escravidão, então quando eu digo que Mostardas é uma cidade afro-açoriana eu estou reconhecendo o papel do negro no município não somente no quesito escravidão, mas no que ele trouxe de contribuição ao desenvolvimento, a tudo que o município é hoje, então é meio que resgatar essa história, resgatar essa memória e óbvio que isso não é algo simples de se afirmar, não é algo simples, por isso que eu digo que a própria cidade reconhecer... é um reconhecimento da cidade, não é algo que só o prefeito ou o secretário vão dizer, a cidade precisa se reconhecer (Jorge Amaro, trecho da entrevista concedida em maio de 2018).

Outro ponto que ficou bastante destacado durante a entrevista foi a relevância que a representatividade possui quando falamos em comunidades negras; estas são costumeiramente relegadas a segundo plano, conforme Jorge Amaro cita em sua entrevista ao lembrar-se de sua infância e do estigma que acompanha uma criança negra, podemos observar que o racismo estrutural, aquele que está inserido na sociedade de tal forma que chegamos a considerar normais algumas situações ou comportamentos, tais como o fato de que alguns espaços não são para negros, como *shoppings*. Ficamos com as palavras de Jorge Amaro:

[...] eu lembro que quando eu era criança e estudava aqui na escola 11 de abril e morava na vila eu achava assim... eu ficava pensando... olha o que vai ser de mim, eu vou ser o quê?... eu não vou ser nada... a nossa baixa estima... a gente era... não tinha uma roupa direito, a gente era desvalorizado, era desmotivado... era... daí tu olhava pro lado e via assim, a tua mãe estudou até a quarta série, os teus primos e tios ninguém estudou, todo mundo trabalhando só em serviço braçal, então a criança negra, a baixa estima dela era... então quer dizer não tinha nada que te... então a ideia é tentar sim resgatar isso e mostrar o valor que o negro tem, mostrar que também o negro pode ser cientista, o negro também pode ser hã... uma mestranda, pode ser um doutorando, o negro pode ser o que ele quiser e agora pra chegar nesse ponto eu preciso reconhecer e enxergar a importância da minha cultura, da minha identidade, eu talvez tenha me assumido de fato quilombola quando eu sai daqui, porque daí eu vi o valor que a minha cultura, que a nossa história tinham, porque aqui o que que diziam pra mim... e aí minha própria família tinha dificuldade de se reconhecer porque daí era outra geração, uma geração que nasceu e viveu servindo, não é, assim, então... trazer a questão da “afro-açorianidade” pro debate é também fazer esse retorno as nossas raízes... (Jorge Amaro, trecho da entrevista concedida em maio de 2018).

Sendo assim, entendemos que a educação patrimonial tem função essencial no que tange à valorização dos mais variados pontos de vista acerca da cultura local, por ser um meio plural, um meio em que convivem diferentes pontos de vista. Ao contrário do que é tradicionalmente difundido, as comunidades tradicionais não são homogêneas em suas

demandas e formas de ver a si mesmas e ao mundo ao seu redor, essa pluralidade estará presente também na seleção do que é considerado patrimônio local e do que será relegado a uma função menor. Assim, o patrimônio demarca posições políticas no sentido mais amplo e nobre da palavra, ao passo que se adota este ou aquele monumento como patrimônio, se está politicamente valorando pontos de vista sobre a historicidade local e, até mesmo, dizendo quais atores sociais são bem-vistos socialmente e quais não ocupam posições de destaque dentro daquela sociedade.

Durante a entrevista com Jorge Amaro, tratamos sobre as políticas públicas que o município de Mostardas tem adotado para valorizar o papel do negro na construção daquela sociedade; dentre as muitas considerações do gestor uma se destacou por trazer à tona uma situação que denota o quanto é relevante trazer à luz figuras negras da cidade e, conseqüentemente suas trajetórias de vida, fazeres e cultura, falamos sobre a reunião de formalização do Conselho da Igualdade Racial de Mostardas, que segundo Amaro foi “muito emotivo e carregado”, tendo em vista que:

[...] porque nós fizemos ele na casa de cultura ... a casa de cultura de Mostardas talvez seja o único espaço público dentro da área urbana do município que leve o nome de um negro em Mostardas é a casa de cultura que leva o nome do senhor Orlando Cardoso Duarte, só que lá na casa de cultura não tinha nada que dissesse que o nome da casa de cultura é Orlando Cardoso Duarte, esse nome é desde 2013, uma Lei municipal de 2013. Nós fizemos um painel, não é, um painel grande que ocupou meia parede da casa de cultura com fotos do seu Orlando, do finado Orlando e da dona Orlanda e no dia de inaugurar o painel foi o dia em que o conselho também foi instituído oficialmente, quando seus membros foram nomeados, então estava lá a dona Orlanda, estava lá a tia Irma, estavam lá as comunidades, pessoas dos quilombos, então foi um dia assim muito significativo e emblemático pro município... (Jorge Amaro, trecho da entrevista concedida em maio de 2018).

Compreendemos que não se pode separar o patrimônio da comunidade a quem este identifica, representa, enfim, da comunidade que produz aquele patrimônio e empresta sentido a ele, nesse ponto corroboramos com a opinião de Jorge Amaro, no sentido que, ao nomear um espaço público em homenagem a um cidadão oriundo de comunidade remanescente de quilombo, e promover ações para que não apenas esta comunidade reconheça tal ato como sendo político e de relevância histórica, mas que os cidadãos do município tenham este entendimento, de maneira geral.

Segundo o IPHAN, as iniciativas de valorização do patrimônio devem estar pautadas na interação com a comunidade local, conforme segue:

Para tanto, as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente (IPHAN, 2014, p. 20).

Destacamos que a educação patrimonial não deve ser entendida apenas como sendo possibilitada por processos formais de ensino aprendizagem. Ao contrário, são ações que podem e devem ser pensadas para os mais variados espaços de construção do saber, conforme demonstramos acima ao citar a reunião de assinatura do Conselho de Igualdade Racial do município de Mostardas e sua representatividade para a população negra da cidade. Por estarmos trabalhando com uma comunidade tradicional, que tem construído historicamente sua trajetória de transmissão do conhecimento por meio da oralidade, não devemos restringir ao espaço escolar as atividades de valorização do patrimônio. Entendemos que aquele é um relevante vetor de difusão de ideias, mas não o único. Encontramos respaldo para esta afirmação de acordo com o *website* do IPHAN, que ao falar sobre seu entendimento sobre a educação patrimonial, nos diz que:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas (IPHAN, 2014).

As atividades que visam a Educação Patrimonial ganham respaldo no currículo escolar por meio da inclusão da Pluralidade Cultural como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), isso significa que a temática deve ser tratada nas mais variadas disciplinas escolares, de maneira fluída entre os saberes e a partir das inquietações surgidas em aula. Dessa forma, a comunidade escolar insere-se como força motriz do processo de ensino/aprendizagem, que se dará por meio de seu patrimônio cultural. Observando os PCN's, destacamos que os Temas Transversais passaram a fazer parte do currículo escolar a partir de um movimento que já havia de desenvolvimento destas temáticas dentro da sala de aula; porém, essas ações davam-se em áreas bastante específicas do conhecimento, tais como as ciências sociais, por exemplo. Podemos depreender, da leitura dos Temas Transversais, que o que se pretende com a

implementação dos mesmos é que eles ultrapassem a barreira de determinados campos do saber e façam parte do currículo escolar como um todo. Observamos essa pretensão no trecho destacado, a seguir:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporam essa tendência e a incluem no currículo de forma a compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos (PCN, p. 25).

Segundo o mesmo documento, PCN's, os temas transversais são pensados a partir da necessidade de uma “educação para a cidadania” e, por isso, foram adotados alguns critérios para que se definisse quais seriam os Temas Transversais propostos para o Currículo Escolar, já que havia uma grande gama de conteúdos que podem ser desenvolvidos com o intuito de favorecer a formação dos cidadãos, são estes os critérios adotados: abrangência nacional; urgência social; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental; favorecimento da compreensão da realidade e a participação social.

Assim, entendemos que a educação patrimonial passa a desempenhar um papel social a partir do momento em que traz à tona o protagonismo de uma determinada localidade; neste caso, o Quilombo de Casca, que por meio do destaque dado a seu arcabouço patrimonial ganha visibilidade e passa a ter maior alteridade para buscar suas demandas perante os órgãos públicos.

Ao traçarmos um paralelo entre a mudança de postura proposta pela Lei 10.639/03 e a real transformação dos currículos, Nilma Lino Gomes oferece-nos uma relevante reflexão acerca da intersecção que há entre a educação escolar, a formação das populações negras e a busca por um real diálogo entre pontos de vista diferentes quando se fala sobre ensino/aprendizagem das/nas relações étnico-raciais, assim temos:

É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala. E nesse sentido, incorpora conflitos, tensões e divergências. Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito à livre expressão da sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença

como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros. Refere-se também aos conflitos, choques geracionais e entendimento das situações-limite vivenciadas pelos estudantes das nossas escolas, sobretudo aquelas voltadas para os segmentos empobrecidos da nossa população (GOMES, 2017, p. 105).

Entendemos esta afirmação da professora Nilma Gomes como um marco para o sentido que damos à Educação patrimonial, que está relacionado à luta e posicionamento político, que, em nosso entendimento, deve ter início desde a mais tenra idade, com o reconhecimento da relação de pertencimento aluno/comunidade, este reconhecimento precisa ser possibilitado no ambiente escolar por meio de atividades que enfatizem a historicidade da comunidade e sua relação com a História Local, com a constituição do município, para que haja uma formação cidadã destes alunos. Dessa forma, possibilitaremos que este aluno constitua-se em um cidadão que é capaz de buscar seus direitos por meio de diálogos efetivos com órgãos do poder público, isso facilitará a resolução de situações como a que trataremos a seguir.

Conforme citamos anteriormente, o município de Mostardas tem por tradição valorizar a história única da colonização por portugueses oriundos das Ilhas dos Açores, o que é verdadeiro, mas não representa a diversidade cultural e étnica do município, apenas faz reforçar o estereótipo da não participação do negro para a construção da história do município. O enaltecimento da cultura açoriana é observado em todos os espaços públicos da cidade; citamos alguns exemplos conforme figuras abaixo:



Fig.1: Folder de passeio turístico em Mostardas. Fonte: <http://www.rotaacoriana.com.br/blog.php?blog=376&i=1&c=0>



Fig. 2: Reprodução de painel que se encontra no saguão da Prefeitura Municipal de Mostardas, onde se pode perceber a valorização dada a colonização Açoriana. Fonte: <https://cienciasmos.wixsite.com/cienciasmos/single-post/2014/12/03/-O-USO-DO-SOLO>



Fig.3: Fotografia de parada de ônibus no município de Mostardas em que se pode observar a exaltação à imigração açoriana. Fonte: Imagem de acervo da pesquisa feita pela autora.

Pensamos que, por meio de atividades de educação patrimonial, será possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção deste patrimônio. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais.

No que se refere à prática educativa, é preciso considerar as referências culturais como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Além disso, é preciso incentivar o envolvimento das instituições educacionais, formais e não formais, nos processos de educação patrimonial. Sendo assim, visamos por meio deste trabalho, possibilitar uma nova perspectiva para se olhar o acervo de peças da comunidade de Casca que, segundo dados colhidos em entrevista com as educadoras da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento, hoje não é utilizado como apoio didático/pedagógico nas aulas.

#### **1.4 Educação quilombola**

Quando falamos sobre educação quilombola devemos levar em consideração que temos por intendo falar sobre a educação formal, aquela que se dá nos espaços tradicionais de ensino, quer sejam escolas da rede pública ou particular, estaduais ou municipais. Entendemos que a educação é um processo que se dá nos mais variados espaços, que tem início na mais tenra idade, no convívio familiar, nas interações sociais, e quando propomos a tratar sobre tema tão distinto quanto a educação quilombola, devemos considerar com maior zelo essa educação para além dos espaços tradicionais de ensino, já que tais comunidades possuem dinâmicas bastante distintas, quer seja por sua relação com o espaço territorial, quer seja por sua tradição oral.

No decorrer deste trabalho podemos observar que não há um entendimento satisfatório por meio do poder público da cidade de Mostardas, nem por meio do grupo de educadores da escola em que se desenvolve o referido trabalho, que está localizada dentro do espaço de um quilombo rural, sobre o que venha a ser a Educação Escolar Quilombola. Tais considerações podem ser observadas durante a análise das entrevistas realizadas com o

gestor do município e com as educadoras das turmas de quarto e quinto ano da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento. Sendo assim, percebemos que é extremamente relevante traçar algumas considerações acerca de tal temática como forma de fornecer subsídios para a elaboração de cartilha sobre o patrimônio quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, que vem a ser o objetivo final deste trabalho.

Iniciamos dizendo que a Educação Escolar Quilombola é algo que vem sendo pensado a pouquíssimo tempo na Educação Básica nacional, visto que, apenas em 20 de novembro de 2012,<sup>8</sup> passou a vigorar a Resolução Nº 08, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, o que nos leva a pensar que é uma política que ainda está em construção, não há nada consolidado quando falamos sobre tal política pública que possui elevado valor para as comunidades tradicionais brasileiras, já que tem por intuito trazer à tona uma cultura bastante renegada que é a cultura, os valores e os saberes quilombolas do Brasil.

Para além de trazer à voga essa cultura, tem por objetivo transformar a mesma em conteúdo escolar, o que por si só é de extrema relevância já que apresenta a população negra de maneira bastante diversa daquela que é comumente apresentada nas salas de aulas Brasil afora, o que entendemos como sendo a tríade Negro>Escravidão>Pobreza/Violência, que não oferece nenhum estímulo positivo às populações negras que estão nas salas de aula recebendo essas informações. Nilma Gomes traz relevante reflexão sobre a necessidade de implementação do Ensino de História da África e Afro-brasileira, em que se insere a questão das populações quilombolas, na educação básica brasileira dizendo que:

Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (GOMES, 2012, p. 100).

Cabe salientar que esta não foi uma política “dada” às comunidades quilombolas, mas refere-se à forte luta do Movimento Negro Brasileiro na busca por maior visibilidade das

---

<sup>8</sup> Aqui cabe uma reflexão acerca da naturalização do mês de Novembro como sendo relativo à população negra brasileira. Durante as entrevistas realizadas com gestor do município de Mostardas e com as educadoras da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento podemos perceber que há um entendimento deste como sendo o Mês Negro e que, portanto, todas as ações relativas a esta parcela da população devam ocorrer neste período do ano.

demandas das populações negras e, propriamente, maior visibilidade dos cidadãos negros nos mais variados espaços sociais. Ainda, podemos citar a Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da História da Afro-brasileira em todos os níveis da educação nacional, Lei 7769/89, que tipifica o racismo como crime e as Ações Afirmativas para acesso ao Ensino Superior como conquistas do Movimento Negro Brasileiro.

Sabemos que a trajetória de formação dos quilombos no Brasil é bastante diversificada, conforme já citamos anteriormente, e após a abolição da escravatura, vimos o surgimento de um ideal de exclusão social e invisibilidade das populações negras, que na prática negou direitos aos afrodescendentes e negou os territórios quilombolas na estrutura agrária/rural brasileira. Além de não haver políticas reparatórias ou indenizatórias pelos três séculos de exploração escravista, por meio da construção ideológica do branqueamento vivenciou-se um imaginário de harmonia e democracia racial que buscou apagar da memória social, as lutas e marcas da escravidão.

Não obstante, essa ideia de harmonia e bom convívio entre as raças/etnias traz consigo uma ideia velada de que há uma hierarquia racial que não deve jamais ser quebrada, ou seja, há lugares de negros e lugares de brancos, não apenas lugares físicos, mas lugares sociais, papéis sociais que cabem a cada um dos grupos, inclusive, dentro do ambiente escolar. Salientamos ainda que esta ideia é velada apenas para os não negros, para aqueles que são negros e se assumem como tal, essa hierarquia disfarçada de meritocracia está mais do que explícita, faz parte do cotidiano negro. Quanto a isso, Figueiredo observa que:

A pirâmide social, como é descrita a estrutura da sociedade brasileira, expressa muito bem a manutenção das hierarquias raciais existentes desde o período escravista, conforme apresentada com base na perspectiva da colonialidade do poder. Está fundamentalmente dividida entre as ocupações desempenhadas pelos mestiços mais claros – que estão sobrerrepresentados nas universidades, sobretudo nos cursos de maior status e prestígio, nos cargos de direção e chefia e nas funções de comando, no Judiciário e na política, para citar alguns exemplos – e os mestiços mais escuros – subrepresentados em todas as ocupações mencionadas e sobrerrepresentados nas ocupações subalternas, principalmente naquelas que pagam baixos salários e que envolvem a força física (FIGUEIREDO, 2017, p.91).

Atualmente, existem pensadores, estudiosos do sistema educacional brasileiro, que acreditam que o paradigma da história única, europeizada/europeizante precisa ser substituído por algo que seja representativo da sociedade, que ponha em voga as mais

variadas facetas da formação de nossa sociedade, dando voz a atores sociais que antes eram intencionalmente esquecidos, tais como o negro e o indígena, por exemplo. Entendemos que há uma distância muito grande entre o espaço de fala de tais pensadores, as universidades, academias, centros de conhecimento ligados ao ensino superior, e o espaço em que estas transformações do pensar ao fazer realmente precisam acontecer, as salas de aula, as escolas, o sistema de educação básica brasileira.

Dessa forma, os processos de interlocução entre saberes teóricos e saberes práticos sobre a necessidade da mudança de perspectiva didática, envolvem a discussão entre os que buscam atuar na escola, em movimentos sociais ou na universidade, para a construção de processos educacionais que visem à formação de sujeitos dentro de outros paradigmas. Entendemos que neste ponto, este trabalho pode oferecer sua contribuição à sociedade, tornando-se um ponto de reflexão entre os debates possibilitados pelas leituras feitas na universidade em contraponto ao fazer cotidiano da sala de aula na Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca.

Ao tratarmos especificamente sobre a educação quilombola na escola, entendemos que devemos partir dos princípios de uma educação integral, isto é, reconhecer o território e a comunidade como parte do processo educativo, como partes integrantes da comunidade escolar. Porém, em breve conversa com crianças moradoras do quilombo, muitas delas, já se encontram em outras escolas da região, pode-se perceber a invisibilidade no espaço escolar e nos currículos trabalhados por seus professores de temas relacionados à cultura quilombola e afro-brasileira. Nesse sentido, há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos.

Esta invisibilidade da cultura quilombola ficou bastante destacada na entrevista com as educadoras da escola Quitéria Pereira do Nascimento, momento em que podemos perceber que as mesmas não possuem uma visão clara do que venha a ser quilombo, comunidades remanescentes de quilombo e quilombolas; tal fato mostra-se preocupante, já que as educadoras são responsáveis pela seleção de atividades que serão propostas em sala de aula e, como valorizar algo que não se conhece, com o qual não se tem identificação?

Pensando sobre a educação escolar quilombola de maneira mais ampla, sem adentrar à sala de aula, podemos destacar que a escola precisa de uma arquitetura que faça sentido para a comunidade em que está inserida, fato que não ocorre na E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento, que possui um prédio novo, inaugurado em 2011, com arquitetura que remete às escolas da região do nordeste brasileiro, possuindo bastante espaços abertos.



Fig.4: Vista geral da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento, no quilombo de Casca. Fonte: Acervo da pesquisa feita pela autora.



Fig.5: Pavilhão de salas de aula da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento. Fonte: Imagem de acervo da pesquisa feita pela autora.

Que a merenda não destoe da alimentação a qual as crianças estão acostumadas, esse é mais um ponto que não condiz com a realidade do quilombo de Casca, já que nada da merenda escolar sai das hortas da própria comunidade, as compras são feitas pela prefeitura na cidade de Osório, litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul. E que estejam presentes, no dia a dia da escola, as referências, valores sociais, culturais, históricos, econômicos, brincadeiras, calendários, e modos de ensino-aprendizagem próprios da comunidade. Durante as entrevistas, podemos perceber que estes princípios também não fazem parte do cotidiano escolar da comunidade.

Outro ponto de destaque quando falamos em educação escolar quilombola é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que precisa ser construído em parceria com a comunidade e o movimento quilombola, e faz-se necessária uma gestão aberta ao diálogo, na qual escola e comunidade estejam de fato trabalhando por uma nova organização escolar. Preferencialmente, que seja gerida pelos próprios quilombolas, com professores quilombolas.

Ora, aqui precisamos tocar em outro ponto relacionado à educação formal de remanescentes de quilombos, sabemos que não é comum o ingresso e permanência de estudantes quilombolas nas universidades brasileiras, um exemplo disso é o fato de que são muito recentes os Programas de Ações Afirmativas para ingresso de estudantes indígenas e quilombolas, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o programa de ingresso específico para indígenas teve início em 2011 e para quilombolas em 2013 apenas, citamos a Universidade Federal do Rio Grande por estarmos desenvolvendo este trabalho juntamente ao Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade, entendemos que isso faz com que não haja quilombolas com formação suficiente para ocupar tais funções. Em entrevista com Jorge Amaro, gestor do município de Mostardas, obtivemos relevantes considerações do mesmo acerca deste tema:

Eu sempre digo assim oh... é óbvio que a gente quer que as pessoas negras, que as pessoas com deficiência, que os indígenas... todos estes que não tem acesso aos espaços que ocupem os espaços, agora a gente tem que tá preparado pra ocupar, porque se a gente não está... porque primeiro quando a gente entra em um lugar a gente sempre vai ser julgado de forma diferente, então no primeiro erro a gente já vai ser julgado, então assim a gente tem que tá muito preparado, eu sempre digo oh se eu não tivesse saído e me capacitado certamente eu viria pra cá e não faria um por cento do que eu estou fazendo porque a minha formação tá me ajudando a fazer isso, então a gente tá assim construindo bases pra que o município tenha políticas públicas efetivas, a gente tá começando... (Jorge Amaro, trecho da entrevista concedida em maio de 2018).

Outro aspecto que entendemos que deva ser observado na formação de estudantes negros é a representatividade, é preciso que haja possibilidades de contato com autores que não apenas trabalhem com questões relacionadas as populações negras, mas que também sejam negros. Figueiredo traz relevante reflexão sobre a temática dizendo que:

Durante a nossa formação, não temos tido a oportunidade de ler e conhecer a contribuição de intelectuais negros. Essa ausência de referência contribui, sobremaneira, para a sensação de estarmos “fora do lugar”, ou de sempre nos considerarmos pioneiros. Além disso, temos refletido pouco sobre a eficácia do discurso sobre a desigualdade de classe no Brasil e, conseqüentemente,

sobre o preconceito e a discriminação de classe que perdura em nossas representações até hoje [...] (FIGUEIREDO, 2017, p.97).

Essa representatividade também exerce forte influência na permanência de alunos negros nos espaços de educação superior, que ainda é marcado pelo enrijecimento de saberes e conhecimentos, e por visões pré-concebidas sobre fatos e temáticas, que ganham novos ares a partir da mudança de ponto de vista possibilitada pelo ingresso de alunos negros e oriundos de variadas classes sociais, nas Universidades. Figueiredo oferece-nos uma possibilidade de mudanças nos programas das escolas de educação básica, aqui olhamos especificamente para a educação escolar quilombola por se tratar do tema de trabalho, ao falar sobre a necessidade de uma nova visão das universidades com relação a produção do conhecimento e ao desenvolvimento dos currículos dos cursos de educação superior, salientando que:

Nesse sentido, é preciso sair de linhas demarcatórias de disciplinaridade, é preciso nos tornar multidisciplinares, pois é desse modo que compreenderemos as questões das desigualdades. É preciso incluir novas áreas de conhecimento e procurarmos construir conhecimentos mais horizontais. É preciso reconhecer a pluralidade dos saberes, incluindo os conhecimentos que advêm dos nossos estudantes de camadas populares e de comunidades tradicionais. É preciso transformar os nossos currículos para que sejam incluídas outras formas de saberes não hegemônico. Enfim, é preciso definitivamente abandonar a prática assimilacionista que permeia a nossa universidade, que inclui o outro para transformá-lo (FIGUEIREDO, 2017, p.102).

Cabe salientar que o processo de conscientização não altera, por si só, as condições de vida dos sujeitos, portanto, não é garantia absoluta de emancipação e autonomia, no entanto, dizemos que, em se tratando de construir um currículo que ofereça ferramentas aos sujeitos para transformação das condições materiais, sociais e ideológicas de dominação e subordinação, de um currículo que incorpore as vozes, as experiências e histórias pelas quais os educandos dão sentido ao mundo, o processo de conscientização é sim, o elemento de ordem primeira, na dimensão educativa. Sendo ele quem viabiliza que os sujeitos olhem criticamente para suas próprias realidades, que se aprofundem na compreensão e interpretação de suas próprias práticas, visando a participação e negociação nas diversas áreas sociais, institucionais, ou não, e isso se, inscreve numa proposta emancipatória e autônoma. Nesse sentido, a comunidade quilombola é um importante espaço pedagógico onde podem, e devem, ser levantadas e problematizadas questões sobre os vários e

diferentes elementos que constituem a base da subjetividade e da experiência formativa dos educandos e dos educadores.

## **CAPÍTULO 2 – MOSTREMOS VALOR, CONSTÂNCIA... O MUSEU LOCAL COMO AFIRMAÇÃO DE PERTENCIMENTO**

Sabemos que quando falamos em comunidades tradicionais há uma tendência a olhar com maior foco aos aspectos tidos como tradicionais e cotidianos, há um destaque para as construções, para o modo de vida ainda voltado para a agricultura e pesca, para as manifestações culturais de cada localidade, bem como a história que é contada mesmo por quem nunca ouviu falar a palavra quilombo. Além disso, destacam-se os traços étnicos da maior parte das comunidades quilombolas no Brasil. São rostos, corpos e cabelos, as feiras, as roupas, as danças, os modos de falar, muito semelhantes aos de países africanos.

Porém, devemos levar em conta que estamos falando de uma identidade que se articula de duas formas: política e pertencimento. A identidade política, já vem sendo discutida desde o primeiro capítulo deste trabalho, quando colocamos a necessidade de uma organização política interna para aceitação do processo de reconhecimento da educação escolar quilombola, como relevante fator de pertencimento étnico. Mas a noção de resgatar uma memória para o reconhecimento de identidade quilombola necessita de um pouco mais de atenção, já que estamos falando de uma identidade baseada em processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história.

Neste capítulo, traremos considerações acerca da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca pelo seu viés ideológico, bem como, observando seu espaço físico, que nos oferece distintas informações sobre a trajetória daquela comunidade em meio a grandes propriedades rurais. Outro ponto sobre o qual iremos nos deter neste capítulo, é a relação entre acervos de museus e ensino escolar, principalmente no tocante a relevância que os objetos representam para o ensino de História Local.

### **2.1 Reconhecendo o espaço em que se encontra o Acervo da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento: espaço físico e ideológico**

A Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca situa-se no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, distante, mais ou menos, 70 km da sede do município de

Mostardas, com uma área de aproximadamente 2.400 hectares de terras, pertencentes à antiga Fazenda do Barro Vermelho. A região abriga um contingente populacional que descende de um grupo de 16 escravizados, os quais pertenciam à Quitéria Pereira do Nascimento. Quando de sua morte e da abertura do seu testamento, em 1826, verificou-se que ela havia alforriado os escravos, deixando-lhes a propriedade da terra, sob a condição de que esta não poderia jamais ser vendida. Do mesmo modo, na atualidade, o Decreto 4.887 determina que, quando da emissão do título definitivo, a terra se torna um bem inalienável. Herdada, desta forma, a terra deveria servir como espaço de reprodução social dos herdeiros, espaço em desenvolveriam sua cultura, agricultura e pecuária. Ocupando uma faixa da planície litorânea entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, a comunidade de Casca vive em processo permanente de luta, para que a designação remanescente de quilombo atue como instrumento de defesa dos seus direitos legais. Deste modo, com a efetiva posse das terras, a comunidade quilombola garantiria o acesso a determinadas políticas públicas e, conseqüentemente, ao exercício pleno de sua cidadania.

Existem, aproximadamente 84 residências na comunidade e, na sua imensa maioria, os moradores apresentam relações de consanguinidade, configurado principalmente pelos matrimônios entre primos.

A história da constituição do Quilombo de Casca, conforme dito anteriormente, remonta ao ano de 1826 e tem como base o testamento deixado por Quitéria Pereira do Nascimento, viúva do capitão Francisco Lopes de Mattos, proprietário da Fazenda do Barro Vermelho, desmembrada da antiga sesmaria do Retovado. Os habitantes da Casca são herdeiros de Quitéria.

Por esta carta de Alforria, e plena libe-  
 dade dada deigo eu Vicente  
 Ignacio dos Santos, morador neste Districto de São Luiz de Mo-  
 tor, que além dos mais bens que sou possuidor hi beno assim  
 dehuim a guarda escrava de sto me Leopoldo de na, Pa de de tres e  
 anno, pouco mais ou menos, que tico nhacendo o gram de amor  
 que thutendo pela ter cri ado, adora por meu felicemente por-  
 firo liberta, como setal nasce e doente de sua Mãe, tendo  
 altera natureza assim cumprido com o que lico dito e de-  
 clarado, como tal poderá ter sua pessoa e bens, do dito tem-  
 po em diante, sem thuticao emmo de vida alguma digo e  
 nem violencia depreca alguma, ehe minha vontade que esta  
 surta todo os seus afitos devidos e plenos, como em dexto mais  
 em melhor lugar haja comto de orio, e em dexto Taquerido, ehe  
 por cura for a constituo minha deigo a conste tuo ante leguato  
 por minha pro cura e dora em curso, pro proia, para no caso  
 nas suprado de alguma opoicão dehu deivos, possa de fer-  
 dor a sua natura al libe dade, comto ou meu nome, como  
 seu parente fosse. E por nao saber escrever digo saber ler, nem  
 escrever, pedi a Antonio Francisco de Silva Corvao de Pa is-  
 ta por mim fazer, e em dexto scapsi quos Luiz Jose de A-  
 raujo na proença de dexto meu nhac Porfiro Jose da Costa,  
 e Manoel Felipe da Costa. Frequentia de São Luiz de Mo-  
 tor vinte e sete de fevereiro de mil Oito centos e quarenta e se-  
 te. = Progor dehi ante Ignacio dos Santos = Luiz Jose de A-  
 raujo = Manoel Felipe da Costa = Porfiro Jose da Costa = Ma-  
 noel Felipe da Costa =

Por e  
 naci  
 que  
 debu  
 ou r  
 nha,  
 com  
 apim  
 ra  
 cao e  
 dica  
 que  
 to r  
 rido,  
 rad  
 opoic  
 sua  
 her,  
 de Pa  
 de  
 ante  
 via  
 to a  
 san  
 firo

Fig. 6: Carta de Alforria do escravo Vicente, um dos libertos pelo Testamento de Quitéria  
 Pereira do Nascimento em 1826. Fonte: <http://quilombodecasca.blogspot.com/>

### Transcrição de trecho do Testamento de Dona Quitéria Pereira do Nascimento:

“Declaro que por meu falecimento deixo na mencionada fazenda dos Barros Vermelhos a todos os meus escravos, que deixo libertos a extensão de terreno, que parte do Capão do Retovado até a Lagoa que divide o Capão denominado da Casca, de Costa a Costa com declaração de que nenhum deles poderá vender, nem dispor um só palmo de tal terreno; antes irá passando de um a outro como por herança para trabalharem e terem de que sobreviverem; assim como também lhes deixo para todos quarenta vacas mansas do gado tumbeiro para aproveitarem as suas provisões em utilidade própria sua para poderem sobreviver; e uma carreta com a sua competente boiada; mais uma manada de éguas para criarem; bem como a competente ferramenta para trabalharem, a qual o meu testamenteiro comprará, e lhes entregará a cada um e as mais imagens as deixo aos ditos meus escravos para rezarem o Terço, digo, o seu Terço a forma do costume = Declaro que alguns animais que se encontrarem na minha fazenda com marca de alguns dos meus escravos meu testamenteiro as entregará; pois que muito de minha vontade lhes dei, e permiti esse uso.” (GUEDES, 2018.)

Uma cópia do Testamento de Dona Quitéria Pereira do Nascimento encontra-se no arquivo público do Município de Mostardas, porém, devido a obras de manutenção no espaço não foi possível ter acesso ao documento físico, sendo assim baseamos a análise no exposto na obra “O Legado do Testamento, de Ilka Boaventura, em que está posto a trajetória da Comunidade Quilombola de Casca por meio da pesquisa realizada com a intenção de se realizar o laudo antropológico da mesma com vistas a comprovações junto a Fundação Cultural Palmares e INCRA.

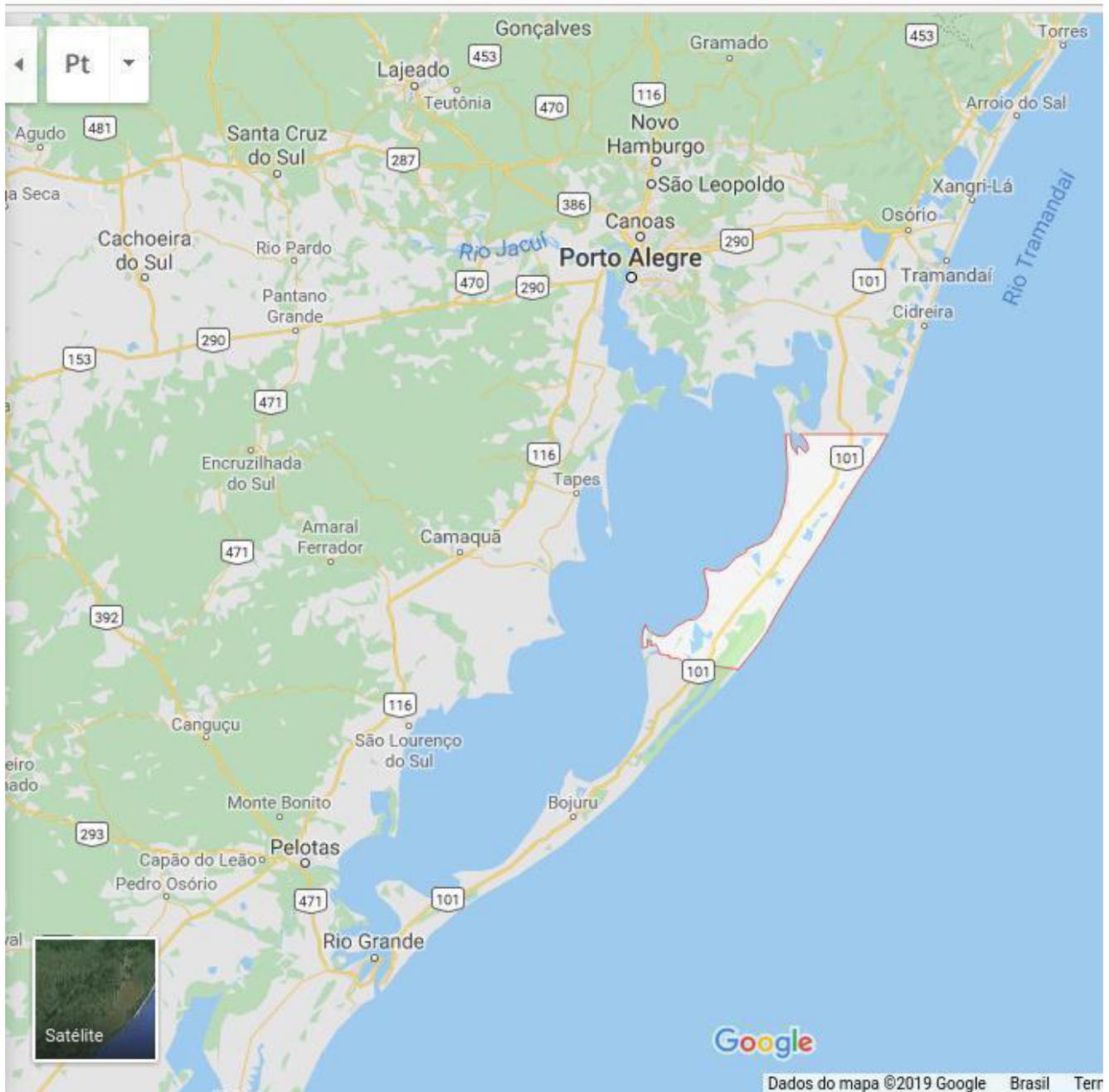


Fig.7: Mapa que mostra a posição geográfica que o Município de Mostardas ocupa no Litoral do Rio Grande do Sul. Fonte: Google Maps.

A imagem acima demonstra a localização geográfica do Município de Mostardas com relação ao Litoral do Rio Grande do Sul, assim como, a imagem a seguir apresenta a posição geográfica ocupada pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca com relação ao território de Mostardas.

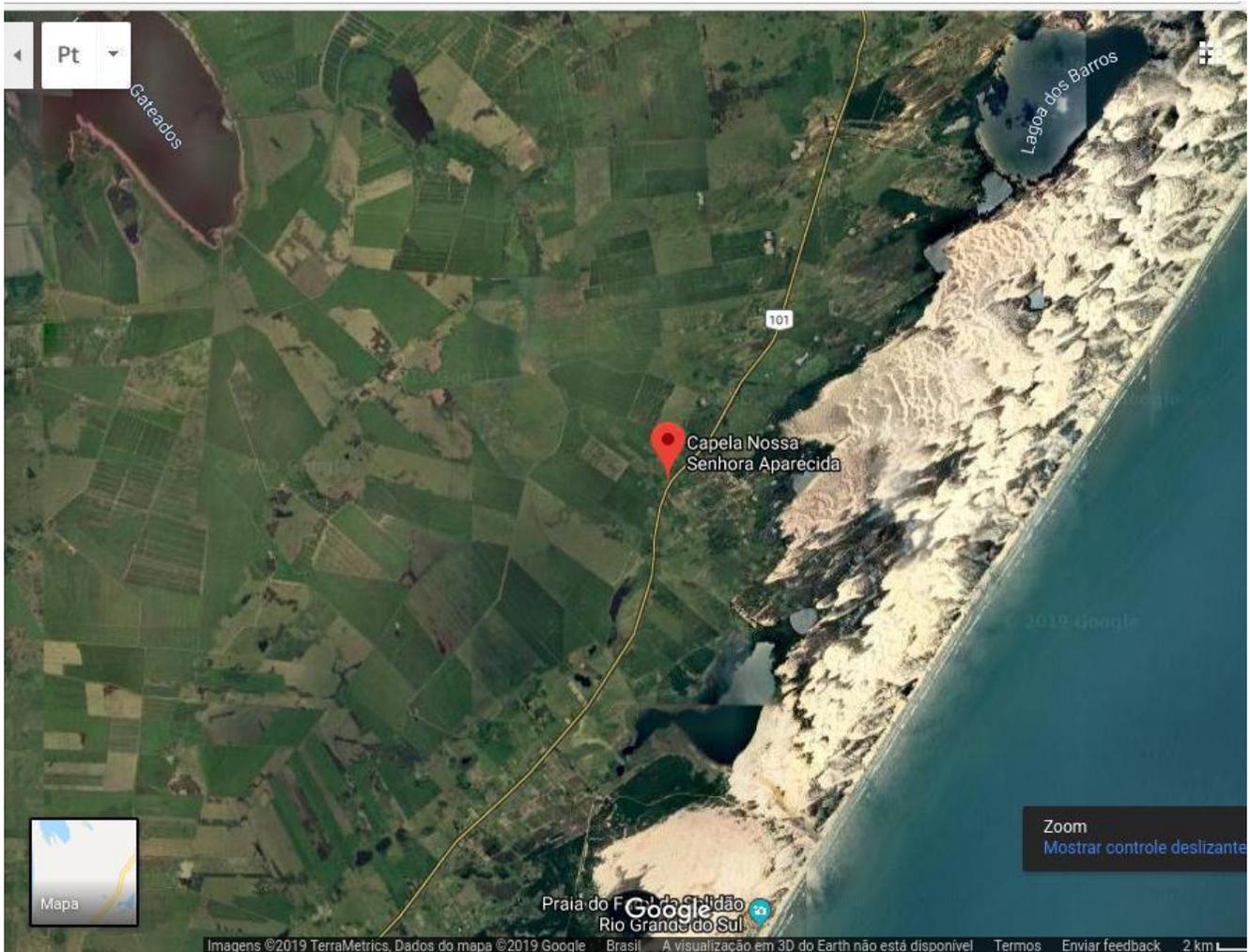


Fig. 8: Mostra a localização geográfica da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca no município de Mostardas. Fonte: Google Maps.

O litoral Sul do Rio Grande do Sul se constituiu, no período colonial brasileiro, como região de concentração de escravos e também de grande profusão de quilombos que se valiam da característica da geografia da região, com grandes campos de formação arenosa de difícil acesso, para se manterem protegidos de ataques que pudessem lhes devolver a condição de cativos. Por outro lado, na medida em que a forma de produção dominante foi a fazenda tradicional, ligada ao grande domínio e dedicada a pecuária extensiva, a crise do charque deixou grande parte daquelas fazendas em condições de subutilização, podemos depreender de tal fato que esse é um dos motivos que leva a grandes índices de doações de terras a escravizados por meio dos Testamentos, as “heranças”, onde partes de Fazendas foram doadas a escravizados, juntamente com a carta de alforria. É o caso da comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, sobre a qual nos debruçamos neste trabalho.

Estas pequenas propriedades, oriundas dos processos de doação por senhores a seus cativos, ganharam condições de inserção valorizada na economia local, apresentando-se como maneiras de diversificação de atividades produtivas, com a intenção tanto de suprir fazendas que absorviam mão de obra escrava, quanto para a atividade de troca de produtos entre comunidades vizinhas.

Refletindo sobre todo o exposto acima podemos dizer que os membros da comunidade remanescente de quilombos de Casca são, na sua grande maioria, trabalhadores rurais que desenvolvem atividades ligadas à produção de gêneros alimentícios básicos para a subsistência, através da produção em pequena escala de feijão, batata-doce, mandioca, milho, cebola, abóboras e a criação de animais, como vacas e ovelhas, assim como fora outrora, quando essa comunidade ainda era habitada por senhores e seus escravizados.

Trazemos a fala de dona Ilza, uma das mais antigas moradoras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, que nos diz como é o modo de vida e os afazeres no quilombo:

Antigamente, quando eu era criança, me lembro que tinha as roças de milho, batata, feijão, cebola...se plantava de tudo. Quando um parente ia plantar uma roça todos iam ajudar e era assim em todas as famílias, uns ajudavam os outros, faziam mutirão. Quando era época de capinar e de colher as roças também se fazia do mesmo jeito, todos se ajudavam. Agora as coisas estão mais diferentes, cada um cuida do seu sítio e das suas roças. Me lembro que quando era época de tosar as ovelhas também todos ajudavam...Outra coisa que me lembro é que as mulheres iam para as lavouras de arroz dos granjeiros colher arroz de foice para sustentar os filhos. Hoje em dia as roças diminuíram e os homens trabalham nas fazendas da volta, quase tudo que se come é comprado do supermercado, mas ainda se faz as hortas de verduras e as rocinhas pro consumo da casa. (Entrevista concedida por dona Ilza Lopes, em maio de 2018)

Lançando o olhar sobre a comunidade nos dias atuais, denotamos que a mesma apresenta um contingente significativo de pessoas idosas, pensionistas da previdência social que recebem uma renda oriunda da aposentadoria rural; os jovens e os homens com idade até aproximadamente 50 anos trabalham geralmente nas fazendas que se situam nos limites do território, especialmente naquelas onde existe plantação de arroz. Algumas mulheres trabalham como cozinheiras em fazendas da região, outras são donas de casa e algumas experimentam o trabalho em artesanato como fonte de renda.

## **2.2 Os artefatos e seus silenciamentos**

A elaboração deste trabalho teve como fator motivador a iniciativa da Professora de Educação Infantil, Claudia Barcelos, que durante suas atividades em sala de aula, com os estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento, provocou os familiares dos alunos a levarem para a escola objetos que remontassem à história da comunidade, com tal atividade a professora buscava uma maior aproximação entre a escola, que havia passado a funcionar na comunidade recentemente, e os moradores do quilombo, assim chegaram ao acervo materiais como chaleiras, pratos, bules, encilhas (montaria), moedas, ferros de passar roupa, imagens de santos, pás, tesouras de tosquia, entre outras tantas mais. A seguir, mostraremos algumas das peças que compõem o acervo que está localizado na escola para que possamos perceber a riqueza que este representa para o ensino de História Local.



Fig. 9: Chifre de veado utilizado para pendurar relho no galpão do Seu Zango, morador do Quilombo de Casca. Fonte: Acervo da pesquisa.

Na imagem acima temos um chifre de veado doado pelo Senhor Antônio, conhecido como Zango, morador do Quilombo de Casca, ao falar sobre a peça doada relata que a peça era de seu avô e que passou a seu pai, costumava ficar no galpão de seu pai e servia para pendurar o relho, artefato de couro utilizado para manejar o gado ou cavalo, também conhecido como chicote ou rebenque, relembra que ele e os irmãos tinham medo deste objeto pois costumavam ser castigados com o relho quando faziam algo considerado errado ou inadequado. Segundo o doador a peça tem por volta de 120 anos.

Acreditamos que esta peça nos ofereça oportunidade de conhecermos sobre os afazeres caseiros que eram necessários na comunidade há cinquenta ou sessenta anos

atrás, mas também nos fala sobre o ser criança naquela época. Podemos trabalhar com os alunos questionando sobre o ser criança a época do seu Zango e hoje, quais transformações esta peça nos conta?



Fig. 10: Garrafa de barro utilizada para armazenar melado de cana, doada pelo Senhor Nereu Lemos.  
Fonte: Acervo da Pesquisa.

O Senhor Nereu ao falar sobre o objeto doado, afirma que essa garrafa de barro está na sua família há oitenta anos e era utilizada para armazenar o melado de cana comprado de mascates, vendedores ambulantes que percorriam o estado do Rio Grande do Sul com enorme variedade de mercadorias, que traziam o produto da cidade de Santo Antônio da Patrulha para revender nas cidades de Palmares do Sul, Mostardas e Tavares.

Entendemos que ao trabalharmos com a história e trajetória deste objeto em sala de aula com os alunos do quinto ano, teremos relevante ferramenta de apoio para questões que remontem ao ambiente doméstico da comunidade quilombola à época do objeto, apresentando informações sobre como era a organização das casas, o armazenamento dos alimentos, o acesso aos alimentos também é outro ponto que fica em evidência quando pensamos sobre essa peça do acervo.



Fig. 11: Pilão e socador doados por dona Ilza Lopes de Matos. Fonte: Acervo da pesquisa.

Dona Ilza, que é uma das mais antigas moradoras da comunidade diz que o pilão e o socador datam de aproximadamente 1943 e que as peças eram utilizadas para beneficiar grãos de arroz que eram utilizados para o consumo da família.

Pensamos que em uma atividade em sala de aula esta peça nos traz informações valiosas sobre a vida doméstica na comunidade antigamente, além de nos trazer um

panorama sobre o mundo do trabalho no quilombo décadas atrás, tendo como função



aproximar o aluno do fato histórico estudado.

Fig. 12: Aparelho de mimeógrafo utilizado no antigo prédio da Escola Quitéria Pereira do Nascimento, foi doado ao acervo pelo Patrimônio do Município de Mostardas. Idade aproximada de 80 anos. Fonte: Acervo da pesquisa.

Em nosso trabalho entendemos que a história da escola também deve ser valorizada como parte integrante da história daquela comunidade, dada sua relevância como centro de formação inicial dos moradores do Quilombo desde a década de 1960. Consideramos de

extrema significância o contato dos alunos com objetos que remontem à história pregressa da escola como forma de fortalecer laços de pertencimento à comunidade e ao espaço escolar.



Fig. 13: Prato doado pela Senhora Odete Caetano, datado do ano de 1880. Fonte: Acervo da pesquisa.

A senhora Odete afirma que este prato está na sua família a gerações, recebeu o mesmo de seu pai, o Senhor Campolim, morador já falecido do Quilombo de Casca, a doação da peça teve por objetivo mostrar para as crianças que as louças antigamente não eram feitas com vidro ou plástico, também tinha o objetivo de mostrar a durabilidade das peças que eram fabricadas no “tempo antigo”.



Fig. 14: Moeda no valor de 1.000 Réis, doada por Dona Ilza Lopes de Matos. Fonte: Acervo da pesquisa.

Observando as figuras que utilizamos como exemplos do acervo de peças da Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento, podemos denotar a grande variedade de ambientes aos quais estes pertencem, bem como, pensarmos na enorme quantidade de conteúdos de História Local que podem ser trabalhados em sala de aula com a turma de quinto ano.

Estes objetos foram bastante apreciados pelos alunos que, segundo a professora Cláudia, se sentiram valorizados ao verem que seu cotidiano estava presente nas aulas, assim como as histórias de suas famílias, conforme segue a seguir:

Quando fizemos a atividade de trazer as famílias na escola para contarem histórias antigas e também trazerem as peças para montar nosso museu, foi

muito bonito de ver a alegria das crianças escutando o que seus tios e tias, avós e conhecidos tinham para contar. Essa atividade foi assunto na escola por muitos dias, os alunos conversavam entre si sobre a vinda dos parentes e as histórias do tempo antigo que tinham escutado, foi difícil dar uma aula normal depois daquele encontro (diz a professora Cláudia entre risos). (Professora Cláudia, trecho de entrevista concedida em março de 2017)

Passado esse primeiro momento de atividades que integraram os conteúdos escolares e as peças do acervo, não se observa uma maior utilização daqueles objetos nas atividades escolares, observamos tal fato nas falas das entrevistas concedidas pelas professoras da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento.

Ao ser questionada sobre a utilização ou não do acervo de peças da escola durante as aulas, a professora Carla, da turma de quarto ano, da a seguinte declaração:

Olha, na sala a gente não tem usado o que acontece é que vem outras escolas visitar, a gente abre para eles visitarem. Entrevistadora: Ah, acontecem essas atividades já...

Entrevistada: Já, já aconteceu, a escola aqui do lado, a Mario Quintana, já veio visitar, veio a de Palmares ano passado.

Entrevistadora: E como é que fazem, porque o espaço é bem restrito?

Entrevistada: É... então vai entrando de dois, três, o pessoal olha, dá espaço para os outros... (Professora Carla, trecho de entrevista concedida em maio de 2018)

Já, a professora Luana, da turma do quinto ano, ao responder ao mesmo questionamento mostrou-se confusa, ficando sua resposta de difícil compreensão, conforme segue:

Não, por enquanto não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porque... qual que tu achas que é o principal motivo pra não usar?

Entrevistada: Eu acredito... não usar né, mas eu acho que a gente pode sim fazer pesquisas né... quem trouxe aquele objeto... porque de tal história... porque ele era utilizado e hoje há outra forma né... as mudanças que aconteceram, os avanços não é... tecnologia.(Professora Luana, trecho de entrevista concedida em maio de 2018)

Sabendo que neste acervo há peças que remontam ao século XIX, tais como os pratos doados pela Senhora Odete que datam de 1801 e 1880, e que trazem um pouco da história da comunidade nos mais variados setores, tais como mundo do trabalho, lazer, vida familiar e cultura local, entendemos que o potencial a ser trabalhado com aquelas peças é de relevância inestimável no que tange a valorização da história e cultura quilombola, à qual pertencem os alunos daquela escola.

Ao longo do primeiro capítulo deste trabalho, em que tratamos sobre a Educação Quilombola, citamos diversas vezes o problema representado pela baixa estima dos alunos negros e o quanto este fato apresenta-se como fator de maior ou menor rendimento escolar. Dito isto, entendemos que atividades com o acervo de peças disponibilizado pela comunidade à Escola, podem oferecer nova perspectiva na valorização da trajetória destes alunos negros no ambiente escolar.

### **2.3 O Museu como espaço de formação escolar**

O atendimento às recorrentes novas demandas educacionais, tem exigido das escolas a busca de alternativas e a utilização de metodologias que tornem o ensino uma vertente universal, superando as fronteiras do espaço escolar e atingindo a sociedade comum todo. Esse movimento estimula educadores e educandos a explorar novos espaços em busca de enriquecimento cultural, social e tecnológico. Um dos princípios básicos para um indivíduo constituir-se como cidadão é o acesso à educação de modo a inserir-se, no exercício pleno de seus direitos e deveres, em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico. Em consequência, uma educação voltada para a cidadania deve levar em conta a velocidade vertiginosa das transformações experimentadas pela sociedade, capacitando os educandos para os crescentemente complexos desafios da atualidade. Nesse contexto, a utilização de espaços não formais na educação ganha força. Embora o próprio ambiente de educação formal apresente, por si só, um eixo sólido de ensino e aprendizagem, em muitos aspectos carece de recursos que propiciem um maior desenvolvimento cognitivo de seus alunos, em especial no que se refere ao ensino de História, mais especificamente no ensino de História Local.

Cabe salientar que entendemos por História Local aquela que acontece no contexto ao qual os alunos pertencem, em espaços territoriais mais restritos, tais como o município, o bairro, a escola...uma História na qual o alunos possa verificar sua participação enquanto sujeito histórico. Os interesses dessa história local, que surge com a renovação historiográfica das últimas décadas, que volta seu olhar da macro para a micro-história, valorizando a história daqueles que antes eram invisibilizados, assumem agora uma abordagem social que procura reconstituir as condições de vida dos diversos grupos num determinado período histórico, analisando os aspectos de produção material, estruturação

social ou de mentalidades; para uma abordagem demográfica que privilegia a história da família, da comunidade. Tais abordagens exigem a incorporação de fontes antes negligenciadas, mas que estão disponíveis nos arquivos locais, aqui podemos citar registros de paróquias, cartórios, arquivos públicos municipais, atas de associações de bairros e acervos, como preconizamos no estudo aqui apresentado.

Ao contrário da abordagem tradicional que privilegia os monumentos e as edificações, na nova concepção de história local, a memória é interpretada a partir da incorporação de outros elementos, como, por exemplo, os traçados das ruas, as disposições das praças, a toponímia local, o vestuário dos moradores, as brincadeiras e lazeres, as relações de trabalho, enfim, as mais diversas formas de manifestações culturais. Um passeio pelos vários lugares de uma localidade, assim como o contato com seus moradores, possibilita novos olhares sobre a história local.

A importância da história local se deve ao fato de esta utilizar novas metodologias que reclamam a inclusão de novos problemas e novos objetos de estudo, inclusive com uma gama bastante variada de fontes históricas, além de contribuir para melhor situar o aluno no seu tempo e espaço, o que entendemos ser a mais relevante contribuição da História Local para a educação formal/escolar. Essas fontes passam por análise e reorganização, não devendo ser entendidas como infalíveis, mas como recortes que auxiliam a contar a trajetória da comunidade. Portanto, a inserção de elementos da história local dentre os conteúdos a serem trabalhados no ensino exige o domínio de métodos e técnicas que orientem a exploração das fontes disponíveis e a abordagem dos temas que professores e alunos considerem importantes em suas atividades.

Acreditamos que um dos maiores desafios no ensino formal é renunciar à mera transmissão de conteúdos e ao aprendizado mecânico para lançar-se à busca do desenvolvimento dos aspectos cognitivos dos educandos, capacitando-os para a construção da própria bagagem de conhecimento através do pensamento crítico/científico, conforme citamos acima. A Escola, porém, é um ambiente que facilmente pode tornar-se monótono e pouco desafiador, por mais que esforços sejam feitos pela equipe de professores, torna-se tarefa árdua encontrar uma solução que contemple as mais variadas especificidades cognitivas que compõem uma turma.

Apontamos como uma das dificuldades enfrentadas pela equipe técnica escolar, quando falamos sobre proporcionar uma oportunidade de aprendizado diferenciada aos alunos, o fato de que com frequência faltam espaços onde seja possível tornar o

conhecimento científico mais concreto e significativo, em que as aulas ganhem significado e sentido para os estudantes, propiciando aos mesmos a interação real com os objetos do conhecimento, de forma a integrar suas experiências com as bases do ensino de História, mais especificamente, História Local.

Podemos citar como exemplo dessa dificuldade de encontrar conteúdos que tenham significado prático para a vida dos alunos da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca o Livro Didático utilizado pela professora em sala de aula e oferecido pela Secretaria de Educação do Município de Mostardas, nele podemos observar que os conteúdos que referem-se à História Local, assunto abordado durante o 5<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental, estão relacionados a região da capital do Estado do Rio Grande do Sul, ou a região litorânea como um todo, não se pode perceber nenhuma referência aos quilombos e quilombolas, assunto que deve ser abordado naquela escola dada a sua peculiaridade espacial. Observemos as imagens que seguem, abaixo:

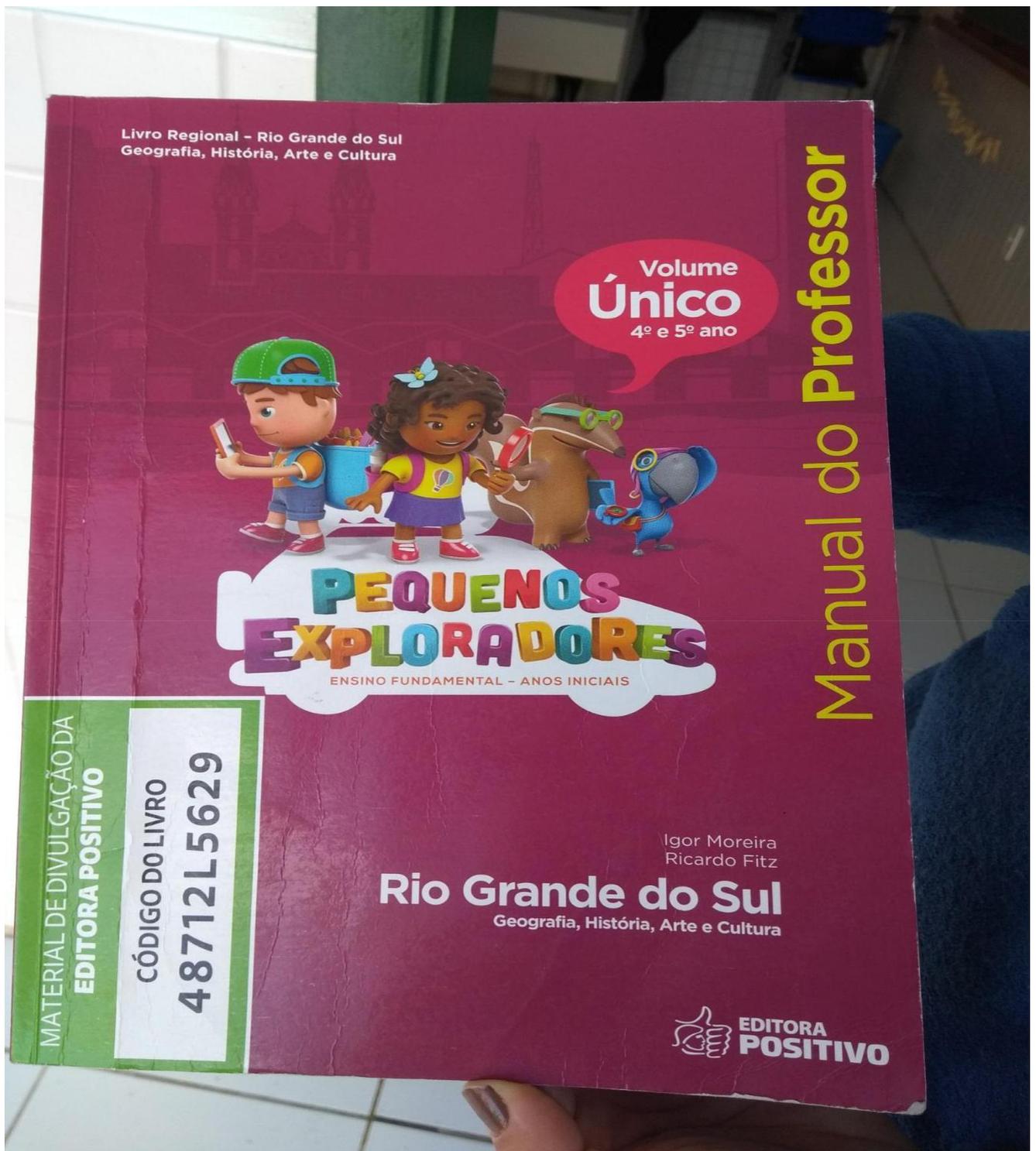


Fig. 15: Capa do Livro Didático utilizado pelas turmas de 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento. Fonte: Acervo da pesquisa.

Na imagem acima, temos a reprodução da capa do livro didático utilizado pelas professoras das turmas de quarto e quinto ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento, notamos que o foco principal da obra é trabalhar com a

História do Rio Grande do Sul e História Local, conteúdos pertinentes a essa fase do ensino fundamental. Também podemos destacar, pela observação da capa do livro didático, que há uma tentativa de trazer maior representatividade acerca do perfil étnico dos alunos, há uma menina negra representada na imagem, o que consideramos como um ponto positivo por se tratar de uma escola em que boa parte dos alunos pertencem a etnia negra.

Ao nos aprofundarmos no exposto nas imagens abaixo, quando partimos para uma análise dos conteúdos abordados pela obra podemos perceber que não faz referência à população negra do Rio Grande do Sul, sua história e trajetória não fazem parte dos conteúdos enunciados pelo sumário da obra, sendo assim não aborda temas que possam ser aplicados as aulas de História Local naquele espaço de uma Comunidade Remanescente de Quilombo.

Na Comunidade de Casca não há uma biblioteca onde os alunos possam buscar complementar as informações obtidas em sala de aula, sendo assim o livro didático é uma das principais fontes de conhecimento a qual os mesmos tem acesso com a tutoria das professoras, dessa forma os conteúdos que esse tipo de obra aborda, revelam-se de extrema relevância na construção do arcabouço de conhecimento ameadado ao longo da vida escolar daquelas crianças.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO**

**UMA VIAGEM PELO RIO GRANDE DO SUL** ..... 8

A PAISAGEM GEOGRÁFICA ..... 10

A DESCOBERTA DA PAISAGEM ..... 12

**UNIDADE 1**

**RIO GRANDE DO SUL: UM PEDAÇO DO BRASIL** ..... 20

A REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM ..... 22

A ORIENTAÇÃO NO ESPAÇO ..... 30

DIVISÃO POLÍTICA E REGIONAL DO BRASIL ..... 49

O RIO GRANDE DO SUL NO BRASIL ..... 52

BAGAGEM: UM POUCO DE MÚSICA ..... 58

**UNIDADE 2**

**A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO** ..... 60

AS PAISAGENS MUDAM ..... 62

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO ..... 63

TRATADOS E LIMITES ..... 64

OS PRIMEIROS HABITANTES ..... 67

AS MISSÕES DOS JESUÍTAS ..... 70

A ORIGEM DAS ESTÂNCIAS ..... 74

A FUNDAÇÃO DE PORTO ALEGRE ..... 83

OS IMIGRANTES ..... 87

BAGAGEM: POUCO DE LITERATURA ..... 94

*História*

6

Fig. 16: Imagem do índice do Livro utilizado pela professora do 5º ano do Ensino Fundamental, onde pode-se observar os conteúdos aplicados nas aulas de História. Fonte: Acervo da Pesquisa.

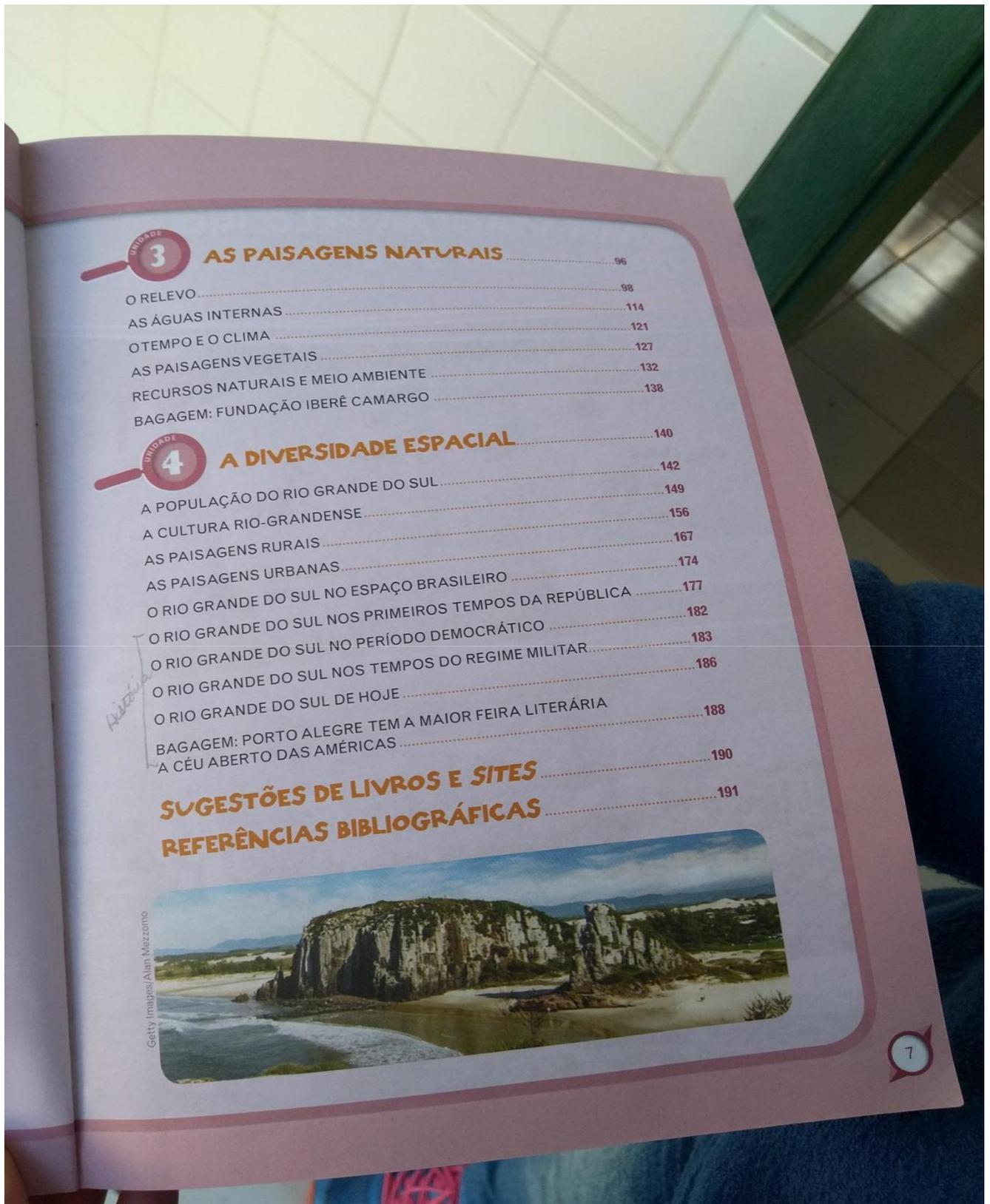


Fig. 17: Imagem do índice do Livro utilizado pela professora do 5º ano do Ensino Fundamental, onde pode-se observar os conteúdos aplicados nas aulas de História. Fonte: Acervo da Pesquisa.

Ainda, refletindo sobre as imagens acima, podemos dizer que, durante as décadas de 80 e 90 a educação formal, que se ensinava nas escolas, concentrava sua preocupação com o volume de conhecimentos científicos que deveriam ser transmitidos aos alunos. A escola era, àquela altura, vista como referência à comunidade como a grande detentora do conhecimento, acreditamos que muito desse sentimento se deva ao fato de que o conhecimento estava contido em livros e enciclopédias, que por sua vez tinha como local de acervo as bibliotecas, mais especificamente, as bibliotecas escolares. Ao ocorrerem, porém, os avanços do mundo exterior sobre a escola, a globalização culminou por inverter o fluxo de conhecimento, sendo hoje a comunidade informada pelos meios de comunicação e mídias externas ao ambiente escolar. Nesse contexto, é imprescindível que a escola reveja seu papel em relação à propagação do conhecimento, e é aqui que podemos perceber a relevância do acervo de peças, existente na escola, como fonte de conhecimento prático e material de consulta para os alunos.

Entendemos que os espaços e acervos de museu representam muito mais que um local de acumulação de objetos, sua função é conservar, estudar, valorizar e expor ao público elementos da vida social que estejam ligados de formas diversas à história e à memória. Os museus são fontes de conhecimento, ao tornar palpável um determinado período histórico, por meio de monumentos e objetos, preservam a realidade de uma época, costume, modo de fazer e viver, daquilo que foi, já que, a partir do momento em que um objeto passa a integrar o acervo de um museu, sua função modifica-se da utilidade prática do objeto em si, para a de conservação do fazer e viver de uma determinada sociedade, em um determinado período histórico.

Para que possa se possibilitar de maneira satisfatória a interação entre museu-acervo/escola acreditamos que deva ser proporcionado certo grau de adequação entre o espaço do acervo e sua linguagem e o fazer educacional do professor e sua linguagem. Não se tem a intenção de sobrepor um espaço de conhecimento ao outro, pelo contrário, visa-se uma interação pedagógica entre ambas as instituições que respeite as funcionalidades, capacidades e competências particulares de cada uma. Portanto, a proposta primordial dessa parceria educativa entre escola e museu, ou seja, a relação social entre essas duas instituições de ensino, uma formal e a outra não-formal, é diversificar as formas de aprendizagem para melhor atender as necessidades dos alunos, conforme citamos anteriormente, buscando assim favorecer a relação ensino/aprendizado.

Devemos levar em consideração, que no diálogo entre educação e cultura, é importante formular diretrizes e estratégias, bem como reafirmar o compromisso com a construção da cidadania e com o aprendizado. Nesse contexto, os museus e acervos possibilitam diferentes experiências como, por exemplo, o contato com o objeto de estudo, e a apresentação interativa da temática. Ao tratarmos, especificamente, sobre o acervo de peças da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento podemos acrescentar a estas possibilidades de experiências oferecidas pela interação escola/museu, a aproximação entre família e escola, bem como a possibilidade dos alunos aprenderem sobre sua comunidade ouvindo as vozes de seus pais, avós, tios, etc...pessoas de seu convívio, que trazem uma linguagem com a qual o estudante já tem contato cotidiano e que, por vezes, é discriminada e desvalorizada por ser considerada coloquial e com “erros”.

Concluimos este capítulo dizendo que o acervo de peças da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento mostra-se como referência notória quando se pretende tratar sobre a História daquela comunidade, pelo fato deste material ser oriundo da mesma, podendo nos oferecer indícios sobre os modos de ser/fazer e viver no Quilombo de Casca em distintos períodos de tempo. Sendo assim, podemos dizer que ali está posta uma fonte de considerável valor para que os estudantes possam compreender o lugar que ocupam na história do município, do estado, na história do Brasil, que carece da interpretação da população negra sobre sua própria história e trajetória para que novos aspectos e fontes sejam levantados e que se tenha um novo olhar sobre a história do Brasil.

### **CAPÍTULO 3 – SIRVAM NOSSAS FAÇANHAS... ELABORAÇÃO DA CARTILHA DO PATRIMÔNIO QUILOMBOLA LOCAL**

Neste capítulo, trazemos considerações acerca do processo de elaboração do produto proposto para este trabalho, a Cartilha de Patrimônio da Comunidade de Casca, Mostardas. Iniciamos explanando sobre a aproximação com o ambiente escolar, a turma em que se realizou as observações das aulas, as professoras e o acervo de peças que serve como ponto focal do trabalho aqui apresentado; contamos ainda sobre o processo de elaboração das entrevistas com as educadoras e as impressões acerca das aulas da disciplina de História.

Seguimos adiante tratando sobre a aproximação da comunidade de Casca nas atividades no âmbito da escola, nos aprofundamos na roda de conversa que teve por finalidade levar a fala de moradores da comunidade sobre a vida no quilombo\_ em seus tempos de infância\_ para os alunos da escola, bem como para alunos das duas escolas de ensino médio do município de Mostardas, onde observamos as relações de pertencimento entre os indivíduos e a comunidade.

Por fim, tratamos sobre a elaboração da Cartilha de Patrimônio de Casca e sobre a atividade de formação com as educadoras da escola, das turmas de quarto e quinto ano, proporcionada por meio da utilização do acervo de peças como fonte de conteúdos didáticos. Neste ponto, visamos destacar os processos envolvidos na criação do produto e a elaboração da atividade de formação com as educadoras.

#### **3.1 Visitação de Reconhecimento: Atividade de aproximação entre escola e acervo**

Em março de 2017, na segunda quinzena daquele mês, quando se iniciava o ano letivo, realizamos visita à E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento com o intuito de apresentar à coordenação da escola e às professoras a proposta de trabalho utilizando o acervo de peças, bem como realizar visita ao mesmo acervo visando conhecer o arcabouço de peças do qual este é composto, afim de prosseguir com o trabalho que ora trazemos aqui.

Durante a visita, conversamos informalmente com as professoras e a coordenação pedagógica<sup>9</sup> da escola e estas expuseram a vontade de que o acervo tivesse melhor

---

<sup>9</sup> A E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento não conta com direção e vice-direção, apenas com uma coordenadora pedagógica, que está imbuída da vontade de proporcionar mais atividades que integrem a escola e a comunidade, onde este trabalho apresenta-se como alternativa.

utilização durante as atividades em sala de aula, também explicitaram o desejo de que houvesse uma melhor disposição e armazenamento das peças para que seja possibilitada a visita de outras escolas do município ao espaço, como forma de ampliar a divulgação da cultura quilombola no município e, pensando de maneira mais ampla, na região do litoral médio, a qual pertence o Município de Mostardas.

Em maio de 2018, retornamos à escola para a realização das entrevistas com as professoras das turmas de 4º e 5º ano, conforme acerto feito anteriormente em mais uma visita informal ao espaço da escola. Optamos por realizar as entrevistas após uma incursão acompanhada das professoras, ao espaço em que se encontra o acervo, pois compreendemos que essa estratégia traria uma sensação de maior pertencimento das professoras para com as peças, que se encontram expostas nas prateleiras do pequeno acervo. Durante a entrevista, podemos perceber que essa atividade de visita foi proveitosa no sentido de que trouxe a memória das professoras Carla e Luana algumas atividades que já haviam sido realizadas por meio da utilização daquele Patrimônio Quilombola.

Citamos aqui a visita de uma escola de ensino fundamental do município vizinho de Palmares do Sul, ao acervo de peças e, por meio deste, conhecer mais sobre a história do quilombo de Casca por meio dos objetos ali expostos. As professoras relataram que a atividade foi muito bem vista pelos alunos da escola visitante e que as mesmas sentiram-se desafiadas a conhecer mais sobre a história da comunidade para que pudessem informar aos alunos durante a atividade de visita, com esse exemplo prático, depreendemos que aprender e ensinar estão intimamente relacionadas à utilização do acervo como material.

Ao elaborarmos o roteiro das entrevistas com as professoras da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento, buscamos focar nas atividades que envolvessem os alunos da própria escola e o acervo de peças, tal fato fez com que não nos aprofundássemos em buscar informações com as educadoras sobre as atividades que envolviam alunos de outras escolas da região; porém, entendemos que há relevância em trazermos considerações acerca destas atividades aqui para que possamos ter uma visão mais ampla acerca da utilização do espaço em que se encontram as peças, bem como sobre o tipo de público que se beneficia do conhecimento proporcionado através da análise dos objetos que compõem o acervo.

Outro ponto que foi mencionado nas observações de aula e nas conversas com as professoras foi a quantidade de conhecimentos oriundos da comunidade que vieram à tona

por meio da inserção da comunidade no ambiente escolar, levando histórias que remetiam ao passado do quilombo, assim chegou até as educadoras que em tempos remotos costumava-se realizar na comunidade um tipo de fogueira específica de acordo com o santo homenageado nas festividades juninas. Assim, no ano de 2019, a escola recriou os três tipos de fogueiras na festa junina da escola, conforme podemos observar na imagem, a seguir:



Fig. 18: Fotografia das três fogueiras apresentadas na festa junina da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento em 2019. Fonte: Acervo de fotografias da escola.

Podemos dizer que a autoafirmação existe em função da memória, seja ela presente naturalmente na vida do quilombola ou requisitada por ele para atender ou cumprir uma demanda, como neste caso em que vem a tona a memória das festas juninas que costumavam acontecer no quilombo em tempos idos. Com isso, podemos dizer que vivemos em um tempo em que o trabalho de memória vem se desenvolvendo em função da reparação social, pois existe um intenso esforço em trazer e apontar os traços do passado, afim de envolver a comunidade quilombola, o/a quilombola no discurso de um pertencimento a uma identidade, de modo que esse pertencimento tem por objetivo trazer para si, em breve período de tempo, a valorização e conhecimento de uma memória que até então não se encontrava organizada.

Estamos falando aqui da necessidade de olhar para o passado/presente com vistas a ressignificar a história/trajetória quilombola para um novo futuro. A memória organizada tem o poder de trazer à tona traços de identidade que jamais foram percebidos em sua maior relevância. Neste ponto, a função da escola e da Lei 10.639, como foi dito em capítulos anteriores, exerce papel fundamental na reorganização desses traços de memória para a construção de uma memória social e coletiva, compartilhada por todos aqueles que comungam de uma mesma história.

Com isso não se propõe uma nova história, mas uma história carregada de sentido positivo de pertencimento e autoafirmação de uma identidade que não é a individual; assim, explica-se a necessidade de estudar identidade quilombola vinculada ao território, pois estamos falando de um pertencimento coletivo, de uma história costurada por todos que ali residem, quando acessada, essa memória tem a capacidade de transformar a realidade e fornecer nova luz a fatos que se encontravam obscurecidos, podemos citar como exemplo a curiosidade dos alunos sobre as moradias no quilombo entre as décadas de 1940 e 1960, que trataremos mais a frente.

### **3.2 Reflexos do museu em sala de aula: atividade com a turma do 5º Ano**

Pensar no acesso à educação e cultura é pensar em acesso a um caminho que poderá levar ao poder, a transformação de realidades. Da mesma forma que não oferecer uma educação adequada representa a manutenção de um sistema em que aqueles que pertencem à massa marginalizada da sociedade não encontram meios para deixar essa fatia da pirâmide social. Não há como deixar de visualizar o significado que teve e tem alguns elementos do nosso cotidiano, tais como: quem sempre teve sua voz silenciada, os afro-brasileiros e brasileiras, que sentem, até os dias atuais, de forma muito presente, as marcas profundas do processo da escravidão e do racismo. Basta olharmos os extratos da desigualdade entre negros e brancos no Brasil, conforme já discutimos na primeira parte deste trabalho, para termos certeza como esse processo ainda levará alguns anos para que, minimamente, seja corrigido ou reparado.

Não queremos com isso defender um currículo escolar da educação quilombola que trate apenas das questões relacionadas às comunidades quilombolas, sua cultura e identidade, mas a escola não pode deixar de tratá-las, não deve negar o conhecimento, nem mesmo os conflitos que envolvem as comunidades, as tensões que a sociedade tem em função do racismo, a pressão do latifúndio e do agronegócio em função dos espaços

territoriais, entre outros aspectos do cotidiano da vida das comunidades quilombolas, em especial, da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca sobre a qual se debruça este trabalho.

Tratar de forma coerente e esclarecedora estes temas é tarefa da escola e da comunidade escolar como um todo; porém, salientamos que estas discussões não podem ficar centradas apenas na própria comunidade quilombola, mas para a sociedade em geral, pois entendemos que só assim é possível uma reflexão a respeito desse processo de forma a desnaturalizar as práticas de racismo, a desigualdade social, o analfabetismo, entre outras práticas existentes em nossa sociedade.

Corroborando com o exposto acima, em que explicitamos a relevância que damos a Educação Escolar Quilombola e de que maneira entendemos que a mesma deva dar-se para que possa representar vetor de mudança de realidades, enfatizamos que, em todas as visitas que realizamos à Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento, desde o ano de 2017, praticamos observações das aulas de História, com o intuito de visualizarmos de que maneira eram tratados os conteúdos, e que conteúdos eram abordados naquele ano letivo e de que maneira se poderia encaixar atividades que tivessem como ponto focal as peças do acervo; outro ponto que buscamos conhecer mais a fundo foi a forma de interação entre a professora e os alunos, bem como o tipo de atividades que a turma costuma desenvolver cotidianamente.

Consideramos estes pontos de extrema relevância por entendermos que não se pode ter a intenção de formular um material didático de apoio às aulas em um ambiente tão específico sem antes ter uma compreensão maior das necessidades daquele estudante e das professoras que efetivamente utilizarão o material. Sendo assim, compreender de que forma ocorre a interação entre conteúdo, professora e educandos mostrou-se ponto crucial para que pudéssemos pensar nas atividades que melhor se adequavam àquela turma e contexto social em que estavam/estão inseridos.

O primeiro ponto que observamos é que a professora costumava transcrever as atividades e textos contidos no Livro Didático para a lousa, tal e qual, estes se apresentavam no material didático, e os alunos copiavam as informações em seus cadernos; algumas vezes era necessário que a professora esperasse um longo tempo até que todos os cinco alunos do quinto ano terminassem de copiar a tarefa. Dessa mesma maneira se procedia com a transcrição dos exercícios em sala de aula e temas que seriam levados pelos alunos para fazer em casa.

A prática de ditado, em que a professora recita o conteúdo do livro didático e os alunos copiam em seus cadernos, também é outra maneira que a professora tem de transmitir os conteúdos aos estudantes. Nas observações feitas, podemos perceber que essa prática traz certo nível de desordem ao trabalho com a turma, por fazer com que a educadora precise a todo momento parar o ditado para sanar dúvidas dos alunos quanto a escrita de alguma palavra; percebemos também que tal procedimento gera bastante atrito na turma, já que alguns estudantes passam a zombar das dúvidas de seus colegas, fazendo com que a professora tenha que intervir para reestabelecer a ordem, mais uma vez atrasando a transcrição do texto.

Aproveitamos para salientar que não temos por intuito apresentar juízo de valor sobre a perspectiva em que trabalha a educadora da turma de quinto ano da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento; ao contrário, pretendemos, com esta narrativa, oferecer um panorama mais amplo sobre a dinâmica em que se desenvolvem as atividades naquela turma, para que possamos compreender os motivos que nos levaram a pensar nas atividades apresentadas na Cartilha de Patrimônio Quilombola da Comunidade de Casca da forma como estão postas.

### **3.3 Roda de conversa com a comunidade repensando o patrimônio identificado no acervo do museu e as relações de pertencimento**

Acreditamos que pertencimento refere-se ao fato de um indivíduo sentir-se parte integrante de um local ou comunidade e, conseqüentemente, se identifica com aquele local, assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida do mesmo; em outras palavras, é como se fossem partes indissociáveis daquele espaço/ambiente.

Entendemos o território/ambiente quilombola como resultante de elementos étnicos que são externalizados nas relações construídas a partir do território, da reinvenção de elementos étnico-culturais que conduzem a vida e dão sentido de pertencimento ao lugar. Dessa forma, a terra na condição de território étnico, tem assegurado, ao longo do tempo, o sentimento de pertença, de identidade, a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo.

A especificidade do modo de vida demonstra existirem elementos comuns ao universo rural brasileiro, e ao mesmo tempo, existem elementos que os diferenciam pela condição étnica e historicamente particular, nenhum quilombo apresenta-se igual ao outro, ao mesmo tempo em que encontramos elementos semelhantes ao analisarmos as Comunidades

Remanescente de Quilombo, vamos observar que são as particularidades de cada um que oferecem elementos necessários para que sejam entendidas como remanescentes de quilombos. Podemos dizer que a identidade quilombola se coloca diretamente no interior do campo étnico e ao mesmo tempo se define num campo de relações sociais e políticas.

A partir das relações com o território, nos deparamos com o sentimento de pertencimento dos indivíduos a este, tal fato possibilita que as pessoas valorizem e cuidem mais do ambiente que estão inseridos, assim como das outras pessoas, monumentos e até mesmo, da natureza que comunga daquele espaço. Por meio da sensação de pertencimento resgatam-se alguns sentimentos como o amor, o cuidar, ética e respeito. O pertencimento cria uma identidade no indivíduo que fará com que ele, inserido dentro de uma comunidade e um contexto específico, tal o caso do Quilombo de Casca, se empenhe para que coletivamente lute por uma sociedade mais justa para si e para seus iguais, e isso levará as pessoas a refletirem mais sobre a vida e o meio em que vivem e desempenham suas atividades cotidianas, criando um pensamento mais crítico e reflexivo dentro de uma perspectiva emancipatória como preconizamos com a realização de atividades que tenham como ponto de partida o acervo de peças fornecidas pela comunidade.

Conforme citamos acima, as atividades são pensadas a partir da necessidade de conhecimento maior sobre o acervo de peças, o que leva à urgência de conhecimento acerca da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca como um todo, seu passado e presente, seus modos de fazer e viver nos mais variados recortes de tempo. Sendo assim, a escola tem realizado rodas de conversa, com moradores do quilombo, que tem por objetivo apresentar aos alunos relatos sobre os mais variados temas, um exemplo disso foi a conversa que gerou o conhecimento sobre as fogueiras de São Pedro, Santo Antônio e São João, que possuíam formatos diferenciados, antigamente.

Outro exemplo das rodas de conversa foi a conversa realizada em julho do corrente ano que envolveu as duas escolas de Ensino Médio de Mostardas, E.E.E.M. Padre Simão Mozer- localizada na zona urbana do Município- e E.E.E.M. Mario Quintana- localizada na zona rural do Município de Mostardas, distante 15 quilômetros do Quilombo de Casca, onde os estudantes oriundos da comunidade estudam ao ingressarem no ensino médio. Nesta atividade de conversa entre a comunidade e os estudantes, um dos temas abordados foi como se morava no Quilombo de Casca, entre as décadas de 1940 e 1970.

A moradora do quilombo convidada para fazer a fala aos alunos foi Dona Florinda Dias da Costa de 64 anos, que contou que em sua infância a casa era feita com junco, desde as

paredes ao telhado da casa e o assoalho era feito com barro, as chamadas “casas de chão batido”. A iluminação era fornecida por velas e lampiões abastecidos com querosene, há lampiões no acervo de peças e os alunos puderam identificar o objeto. Surgiram inúmeros questionamentos dos alunos buscando compreender melhor como era a infância sem energia elétrica e com moradias tão distintas das moradias atuais, ficaram intrigados com o fato dos colchões serem feitos de palha ensacada, não haver água encanada, armazenava-se em jarros de barro chamados de talha, os estudantes puderam conhecer a talha que pertence ao acervo de peças da escola. A seguir, apresentamos uma fotografia de Dona Florinda com a turma de alunos das escolas de Ensino Médio, logo após o encerramento da roda de conversa.

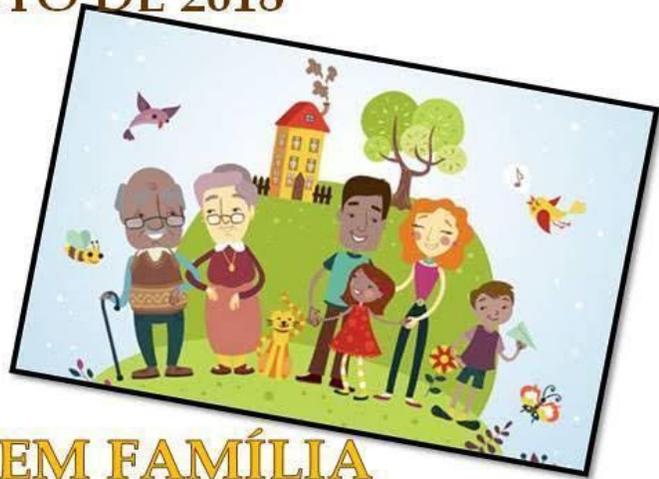
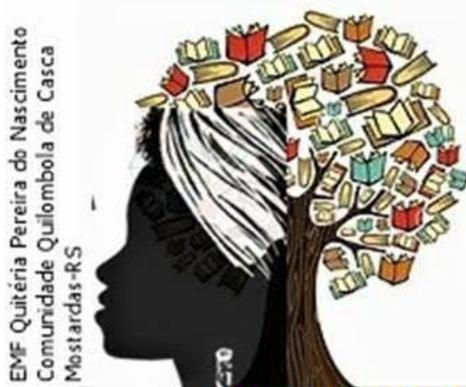


Fig. 19: Dona Florinda, ao centro, com os alunos das escolas de ensino médio, do Município de Mostardas, após roda de conversa sobre as moradias no quilombo entre as décadas de 1940 e 1960. Fonte: Acervo de fotografias da escola.

Trazemos como exemplo de participação da comunidade na escola, além das rodas de conversa, as variadas atividades alusivas a datas comemorativas, tais como Páscoa e Festas Juninas. A seguir apresentamos a reprodução do convite feito pela coordenação e professoras para que a comunidade e familiares dos alunos fossem até a escola para participar da Festa da Família, evento que acontece anualmente nas dependências da instituição de ensino e tem por objetivo proporcionar o intercâmbio entre a escola, as famílias e a comunidade, esta atividade foi pensada a partir das buscas por maiores conhecimentos acerca da história da comunidade. Citamos essa atividade como exemplo por entendermos que trata-se de relevante afirmação da mudança de perspectiva de entendimento da comunidade escolar com relação a participação da comunidade em suas atividades educativas.

# DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

18 DE AGOSTO DE 2018



## DIVERSÃO EM FAMÍLIA

INÍCIO 13 HORAS

GINCANA COM ATIVIDADES COGNITIVAS, ESPORTIVAS, LÚDICAS

## 15 H 30 - CHÁ DA VOVÓ E DO VOVÔ

ORGANIZAÇÃO: CPM DA ESCOLA QUITÉRIA

Fig. 20: Reprodução do convite para Festa da Família na E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento. Fonte Acervo da escola.

A escola tem por princípio desenvolver variadas atividades ao longo do ano letivo com vistas a integrar as famílias e a comunidade escolar, um exemplo disso é a participação dos familiares dos alunos na Festa da Família, conforme a imagem, a seguir:



Fig.21: Imagem dos familiares dos alunos participando da Festa da Família na escola. Fonte: Acervo da escola.

### **3.4 Elaboração da Cartilha do Patrimônio Quilombola da Comunidade de Casca**

Partindo da ideia de que não há como pensar processos educacionais sem considerarmos os materiais didáticos utilizados de forma generalizada no sistema de ensino brasileiro, podemos dizer que estamos diante de mais um obstáculo a ser enfrentado, que é como podemos elaborar materiais didáticos que visualizem as comunidades quilombolas como são, com suas especificidades, porém, sem que esses desconstruam seus significados e crenças? Compreendemos que para produzir um material didático específico para as comunidades tradicionais é necessário que nos apropriemos do conhecimento produzido nas instituições de ensino superior, ainda que este seja escasso quando referimo-nos às

comunidades quilombolas e o conhecimento das próprias comunidades em um processo coletivo e de interação mútua que se faz necessário ao elaborar materiais didáticos que possam ser utilizados nas escolas que atendem as comunidades quilombolas.

Pensar em um plano de ação para trabalhar com educação quilombola é buscar a noção de território amplamente mencionada no campo das reflexões e, também, na realidade concreta das salas multisseriadas, como característica prevalecente no meio rural e, especificamente, nas áreas quilombolas. Essas escolhas não propõem uma prática acomodada a uma determinada realidade, mas uma captura de processos reais, que nem são ideais, mas que podem fomentar uma crítica a partir do vivido.

Iniciamos a elaboração do produto, Cartilha do Patrimônio Quilombola de Casca, por meio de conversas com a coordenação pedagógica da escola e das observações das aulas de História da turma de quinto ano do ensino fundamental, entendemos que para elaborar um material didático que pudesse realmente dar conta das necessidades daquela turma tão específica, necessitávamos compreender melhor as relações engendradas entre a educadora/alunos/conteúdos. Assim, conforme exposto anteriormente, em parte do texto onde tratamos sobre a experiência de observação na turma de quinto ano, depreendemos que havia condições favoráveis para implementarmos um material de apoio as aulas, que possuísse atividades primordialmente lúdicas, tais como jogos e pequenos textos, que tivessem como pano de fundo a história da comunidade, da escola e o cotidiano das crianças.

Partindo deste princípio, fomos investigar que atividades melhor se enquadrariam no perfil daquela escola, já que as turmas têm por característica serem multisseriadas, na E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento, as turmas de 1º e 2º ano dividem a mesma sala de aula, bem como as turmas de 3º e 4º anos dividem outra sala de aula, e não gostaríamos de elaborar um material que ficasse restrito apenas a turma de quinto ano da escola, mas que pudesse circular pelas demais salas de aula.

Nesse sentido, fizemos uma análise acerca das atividades que os estudantes costumam desenvolver para além dos conteúdos didáticos. Percebemos que além dos jogos ao ar livre, tais como futebol, brincadeiras de roda, pega-pega e jogos com bola, os alunos realizam muitas atividades com jogos interativos, dados, por exemplo, jogos de caça-palavras, pinturas, ditados e atividades de ligar os pontos. A partir desta primeira análise, entendemos que seria de extrema relevância oferecer atividades no material de apoio às aulas com as quais os estudantes já tivessem certa familiaridade, por entendermos que

apresentar imagens e textos que estão relacionados com o cotidiano dos alunos, por si só já mostra-se como uma grande novidade para as crianças.

Iniciamos a cartilha por meio de um pequeno texto que tem por objetivo apresentar aos alunos um pouco da história da Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca com linguagem simples e que se aproxime da linguagem cotidiana dos moradores da comunidade. Nesse primeiro texto visamos enfatizar a história do nome dado à comunidade, Casca, que tem origem no Sambaqui existente no território do quilombo, que outrora foi morada de comunidade indígena, estes sambaquis também são conhecidos como “casqueiros” devido a enorme quantidade de cascas de crustáceos, os grupos indígenas alimentavam-se destes e acumulavam suas cascas em grandes montes que ainda encontram-se visíveis na comunidade. A seguir, apresentamos imagem do texto inicial da Cartilha do Patrimônio Quilombola de Casca:

### *A COMUNIDADE*

A história da comunidade teve início com o Testamento da senhora Quitéria Pereira do Nascimento, no ano de 1826. Nesse documento, Dona Quitéria, que era viúva e não tinha filhos, deixava a Fazenda do Barro Vermelho para dezesseis escravizados que receberam também a Carta de Alforria, que era um documento que libertava os escravizados, além de receberem jóias, animais, imagens de santos e muito mais.

Aquela Fazenda do Barro Vermelho que foi doada aos escravizados no Testamento, é hoje a nossa Comunidade de Casca, onde moramos e/ou estudamos, onde está nossa Escola Quitéria Pereira do Nascimento, que tem esse nome em homenagem à dona Quitéria.

Bom... mas você sabe porque nossa comunidade se chama Casca?

Ela tem esse nome por existir um Sambaqui ou casqueiro, como também é chamado, próximo a praia, esse sambaqui é um depósito de cascas de mariscos e outros crustáceos que eram consumidos por indígenas que viviam na região, antes de nós e, que depois de se alimentar com estes animais, amontoavam suas cascas sempre em um mesmo lugar, o que acabou formando um monte com areia e cascas, o casqueiro.



*Sambaqui na Comunidade Remanescente de Quilombo de Casca, Mostardas.*

Fig. 22: Imagem do texto inicial da Cartilha do Patrimônio Quilombola de Casca. Fonte: Acervo da pesquisa.

Neste sentido, consideramos relevante elaborarmos uma pequena introdução com vistas a aproximar o material de apoio do professor/a que irá utilizá-lo com sua turma de alunos. Assim, tivemos como ponto de apoio a ideia de que havia a necessidade de esclarecermos ao educador que o material didático não pretende apresentar-se como substitutivo ao seu trabalho em sala de aula, mas como mais uma ferramenta que pode ser

subsídio para compreensão dos conteúdos pelos estudantes. Dessa forma, segue imagem do texto elaborado como forma de diálogo com o/a educador/a:

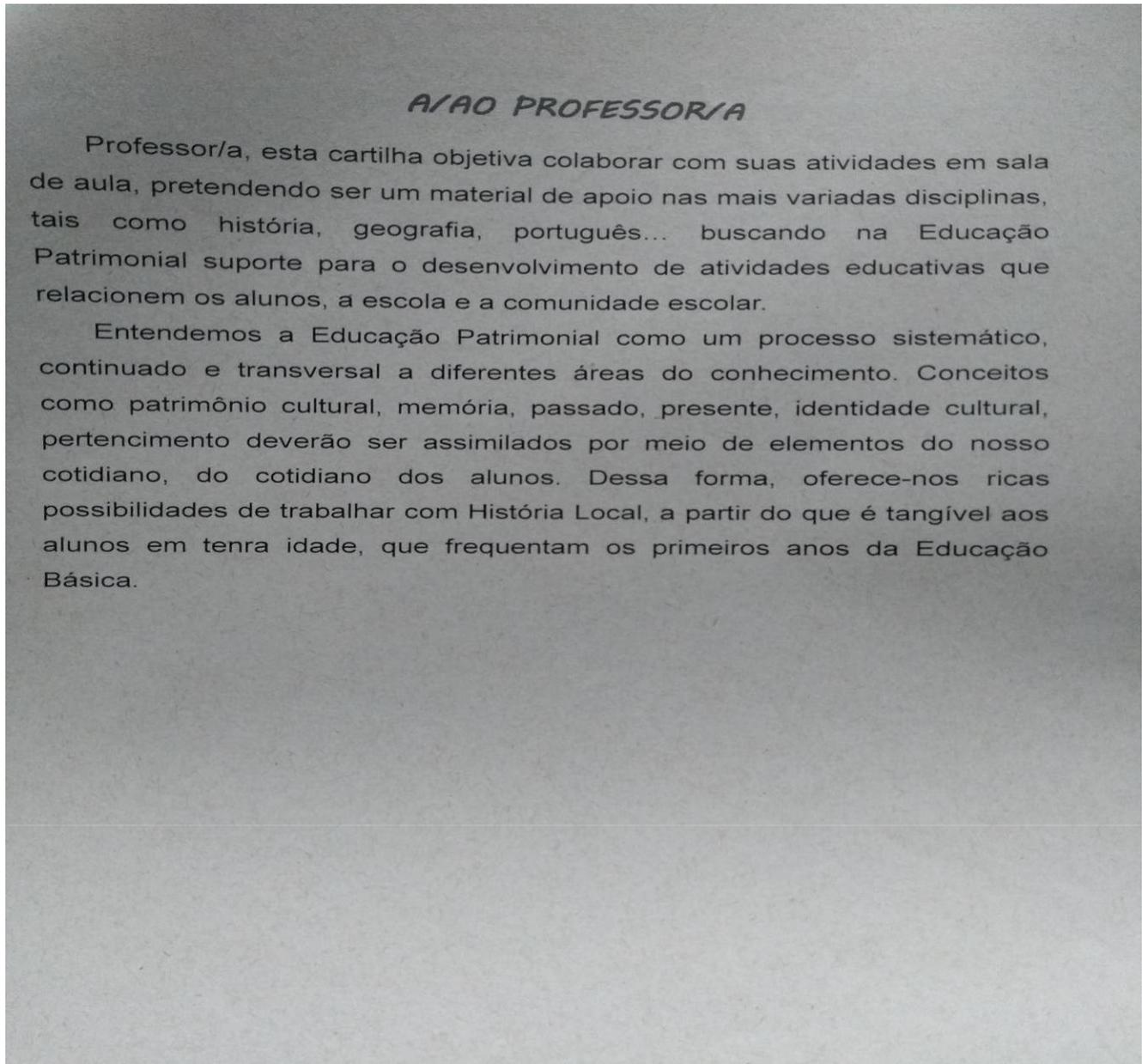


Fig. 23: Texto elaborado como forma de apresentação da cartilha aos educadores. Fonte: Acervo da pesquisa.

Acima, falamos sobre o processo de elaboração das atividades propostas como conteúdos da cartilha. Nas imagens, abaixo, trazemos fotografia do “jogo trilha do quilombo”, que foi pensado para estimular a interatividade entre os estudantes, bem como, com suas famílias, já que a ideia inicial é de que cada aluno receba uma cópia da cartilha e possa levar

a mesma para casa, com isso temos a intenção de expandir ainda mais os conhecimentos acerca da história da comunidade.

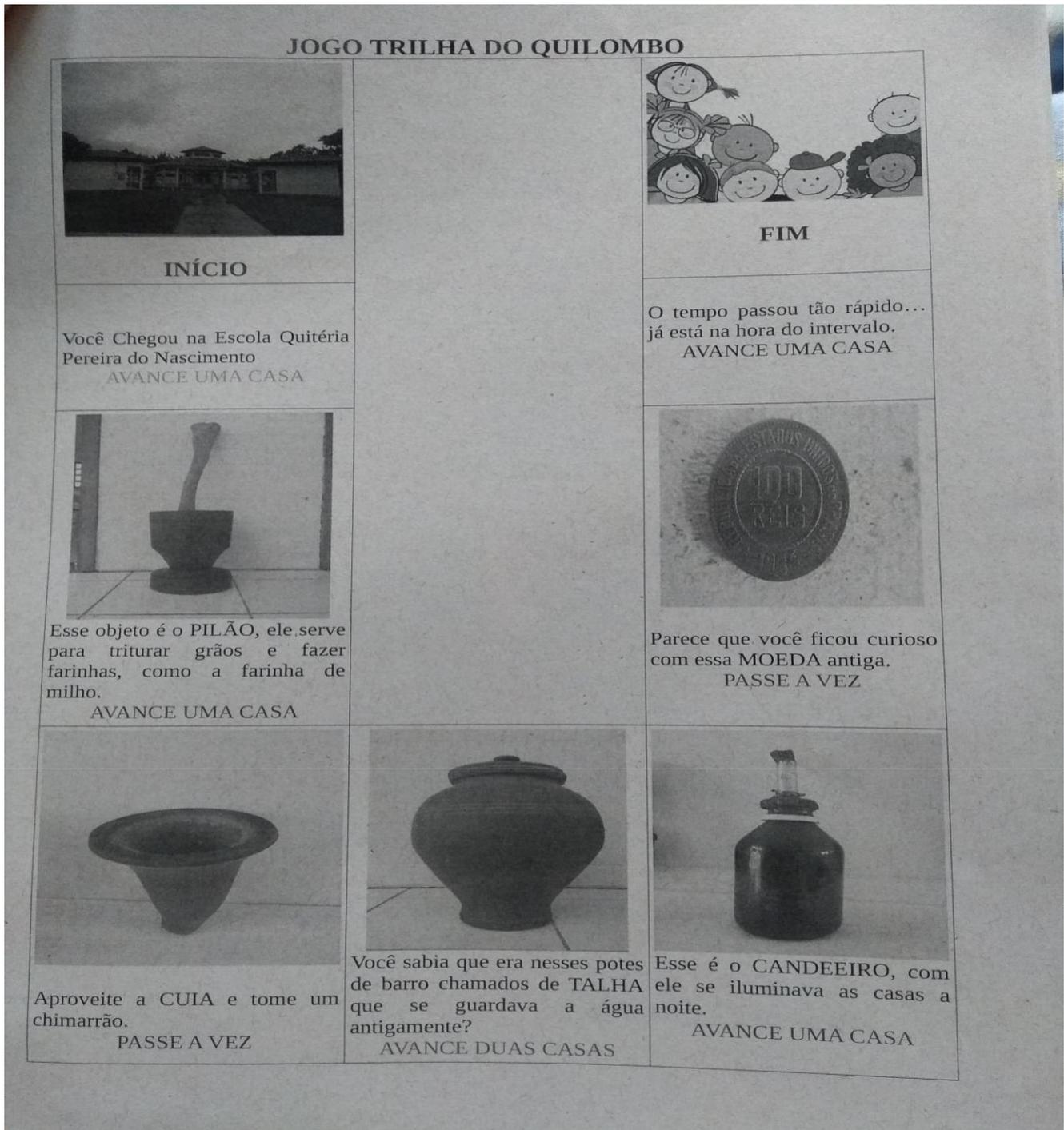


Fig.24: Imagem do “Jogo Trilha do Quilombo”. Fonte: Acervo da pesquisa.

A atividade que apresentamos, a seguir, tem por objetivo reforçar a diversidade de possibilidades de trabalho com as peças do acervo aos professores. E aos alunos, tem por objetivo reforçar as imagens dos objetos e os ambientes com os quais se relacionam, afinal,

atualmente estes objetos não se apresentam tais como as peças que se encontram no acervo. Assim, podemos trabalhar com as modificações e modernizações que os objetos sofrem ao longo do tempo, sendo uma fonte de pesquisa que pode dar conta de pensar sobre nossa atualidade e os bens de consumo.

No acervo da escola temos objetos que representam diferentes atividades do cotidiano de nossa comunidade, alguns objetos utilizamos no trabalho, outros na escola, outros, ainda, nos momentos de lazer e em nossas casas... por exemplo.

Nos ajude a identificar o objeto e o local onde ele é utilizado fazendo a correspondência entre número e imagem.

(1) Casa            (2) Trabalho            (3) Escola            (4) Lazer

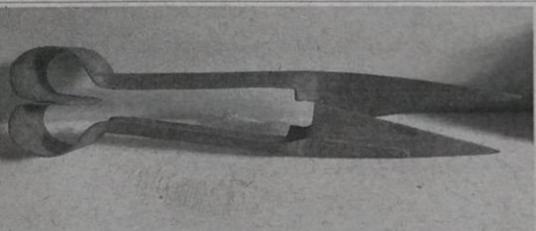
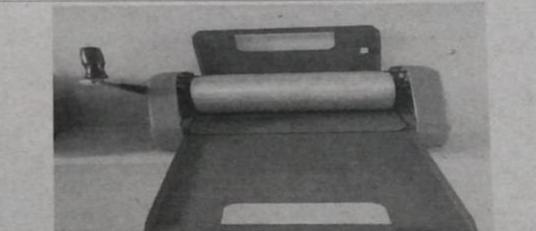
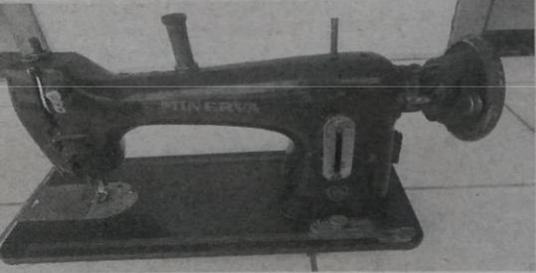
	
Moeda ( )	Prato ( )
	
Tesoura de Tosquia ( )	Mimiógrafo ( )
	
Máquina de Costura ( )	Bule ( )

Fig. 25: Imagem de jogo que relaciona as peças do museu com as atividades a que estas servem. Fonte: Acervo da pesquisa.

Entendemos que a memória desempenha papel fundamental no estabelecimento da consciência de identidade étnica, tendo em vista que se trata de um processo construído e de constante identificação. Histórias dos antepassados, práticas cotidianas herdadas dos

pais e avós, rezas, crenças e mitos contribuem na definição do reconhecimento identitário, sobretudo no que tange as comunidades remanescentes de quilombo. Assim, ao elaborarmos as atividades que constam na Cartilha, preconizamos relacioná-las com a história vivida pelos alunos. Buscamos aproximar os jogos e brincadeiras daquilo que é cotidiano para as crianças, que já faz parte de seu arcabouço de vivências e memórias.

Durante muito tempo, falar de quilombo era encarado de forma muito negativa, já que a história oficial via este lugar como ilegal, do escravo fugido, ladrão. Sendo assim, a origem dos quilombos foi excluída dos livros didáticos, ocultando dos seus moradores em sua formação escolar básica, o entendimento da sua origem, da origem do seu povo, ficando restrito apenas a estudar a história do Brasil, descoberto pelos portugueses, com índios catequizados e da mistura de raças, originando a mestiçagem. Nessa formação básica, não se deixava explícita a distinção entre branco e preto no Brasil no que se refere à formação identitária. Porém, o negro não aparecia nas ilustrações se não fosse preso aos grilhões, ou como serviçal da casa grande ou em lendas, como Saci Pererê e Negrinho do Pastoreio, que não colaboram para incentivar a criação de uma autoimagem positiva pelos alunos negros e, especialmente, os quilombolas.

### **3.5 A Cartilha e sua utilização prática: exemplo de atividade de formação de professores**

A educação como sabemos, sempre foi e permanecerá sendo um importante caminho para a formação dos indivíduos, preparando-o para o convívio social, bem como para que estes indivíduos possam enfrentar os problemas que a cada dia a sociedade está a oferecer. Assim, essa importância não poderá, jamais ser esquecida, quando nos referirmos, também, a formação do professor, e ainda, a formação de sua identidade profissional. Desse modo, compreendemos que a formação do professor, seja ela inicial ou continuada, é fundamental para o bom exercício da profissão, são saberes históricos, teóricos e práticos que fomentam a atuação destes profissionais.

O professor, ao conceber que a profissão tem suma importância na formação de uma sociedade, constrói sua identidade profissional, no entanto se faz necessário, também, rever os significados e as tradições que a profissão traz consigo ao longo de sua história tendo em vista que a profissão docente deve sofrer alteração a partir do momento e que a sociedade muda, ou ainda, de acordo com cada sociedade em que atua, para tanto as relações

construídas dentro do ambiente de trabalho também exerce importância na construção dessa identidade.

Devemos considerar a questão da autonomia na realização das suas atividades, da relação que se constrói nos grupos em que se envolve, e de outro ponto de vista, considerando sua história particular como influente em sua vida profissional. Portanto, podemos concluir de tais questões que o professor na construção de sua identidade há que ser um sujeito reflexivo de suas práticas.

Tendo claros estes apontamentos, tudo indica que na construção da identidade é preciso a reflexão, que por sua vez, leva a mudanças de teorias e práticas, de maneira que essa formação constitui, enfim, um espaço para reflexão sobre a prática docente, onde o professor deve questionar os seus fundamentos e promover avanços na aprendizagem dos alunos, fortalecendo sua identidade profissional. Assim, portanto, é necessário ter ciência de que a sua identidade profissional, bem como os saberes adquiridos não são imutáveis, mas sempre repensados de acordo com as necessidades da sociedade.

A atividade formativa contou com a participação das duas professoras que atuam desenvolvendo atividades nas turmas de 4º e 5º ano, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento, da Rede Municipal de Educação de Mostardas, escola em que desenvolvemos este trabalho de pesquisa. Neste primeiro momento não abrimos a atividade aos demais educadores devido ao fato de que a coordenação da escola disponibilizou duas horas e trinta minutos para que se realizasse a atividade com as educadoras, momento em que os alunos das turmas de quarto e quinto ano estariam em outra atividade relacionada a secretaria de educação do município, participavam da “Gincana da Semana do Meio Ambiente”, sendo orientados por monitores em atividade de reciclagem.

Sendo assim, as ações foram desenvolvidas com estas professoras. A realização de toda ação se deu na mesma escola campo da observação, especificamente na sala de aula onde se desenvolvem as atividades do quinto ano, que foi preparada previamente, para que pudesse ser um ambiente agradável para permanecer por 2 horas e 30 minutos, durante manhã de dia letivo na escola. O local foi decorado com cartazes temáticos relacionados às atividades que já tinham sido realizadas na escola e serviriam como material de apoio a atividade formativa e, também como fonte de reflexão sobre a maneira como alguns temas estão sendo trabalhados em sala de aula pelas educadoras.

Iniciamos a atividade formativa com uma “brincadeira” que chamamos de “Dinâmica do Desafio”, onde apresentamos as professoras uma caixa, onde havia um suposto desafio a ser realizado, uma dificuldade a ser superada pelas participantes. Porém, dentro dessa caixa tinha bombons, mas, as professoras não sabiam o que teria dentro dela. Por estarmos em um grupo reduzido, apenas duas professoras, decidimos que haveria um jogo de “par ou ímpar” para decidir quem cumpriria o desafio. O objetivo principal desta dinâmica foi mostrar as professoras, a importância de perceber o quanto a carreira docente é cheia de desafios, e que estes, muitas vezes, causam medo no desenvolver de algumas atividades. Por meio da aplicação desta dinâmica buscamos observar como as pessoas têm insegurança e medo ao escutar a palavra “desafio”, mas o que se deve ter mesmo é coragem de enfrentar os desafios da vida, social e profissional, pois por mais difícil que sejam estes desafios/problemas encontrados na carreira docente, ao final podemos ter uma feliz surpresa se buscarmos a ajuda dos nossos colegas de trabalho.

Em seguida, lemos o texto inicial da Cartilha de Patrimônio Quilombola, com vistas a realizar o primeiro contato das educadoras com o material de apoio proposto. As professoras folharam a cartilha e realizaram uma análise superficial das atividades que fazem parte daquele material, o objetivo era que as educadoras pudessem trazer à tona lembranças de trabalhos realizados com os estudantes que saíssem das atividades rotineiras de sala de aula, tais como pinturas de imagens impressas em folhas A4 e ditados.

A atividade de formação seguiu com a apresentação dos jogos que fazem parte dos conteúdos da cartilha, assim, buscamos demonstrar a importância de trabalhar os conteúdos curriculares de forma diversificada e divertida, facilitando, desta maneira, o processo ensino-aprendizagem. As professoras tiveram a oportunidade de (re)conhecer maneiras diferenciadas de possibilitar a aprendizagem de seus alunos por meio de jogos educativos, pois, o intuito dessas alternativas é realmente auxiliá-las em suas aulas, mas, com foco principal, como já mencionado, na aprendizagem dos alunos envolvidos no processo de formação educacional.

Dando sequência ao encontro realizamos uma atividade que consistiu na elaboração de um jogo educativo que tivesse como foco o acervo de peças da escola, propusemos que as professoras iniciassem a atividade pensando em quais conteúdos gostariam de trabalhar e de que maneira o mesmo seria abordado, pois entendemos que assim facilitaria no momento de escolher o tipo de jogo a ser pensado e quais peças do acervo seriam utilizadas. Refletimos juntas sobre os conteúdos que poderiam ser trabalhados naquela atividade e a

abordagem que estes poderiam ter. Assim, surgiu a ideia de trabalhar com a história de formação do quilombo, olhando este conteúdo pelo viés do trabalho e relações sociais, por existirem variados materiais ligados a este setor, mundo do trabalho, no acervo de peças. As professoras esboçaram um “jogo de mimica” relacionando as peças do acervo e as atividades laborais a que se destinam os objetos, que pode ser implementado em sala de aula como material de fixação de conteúdo.

Ressaltamos que por estarmos em número de três pessoas na atividade de formação e contarmos com tempo relativamente curto para realizar todos os passos pensados para esta atividade, não foi possível fazer registros fotográficos de todos os momentos do encontro. Aqui consideramos que está o ponto falho desta atividade, a escassez de registros. Abaixo, trazemos imagem das atividades feitas pelas professoras com os alunos que foram utilizadas como exemplos de como trabalhar de forma lúdica temas que reforcem as relações de pertencimento dos alunos com a comunidade e sua etnia.



Fig. 26: Imagem dos trabalhos feitos em sala de aula pelas professoras. Fonte: Acervo da escola.

Consideramos que o tempo de 2 horas e 30 minutos foi suficiente para o desenvolvimento da atividade formativa por se tratar de um grupo bastante reduzido, éramos apenas três pessoas, as discussões sobre o fazer em sala de aula mostraram-se bastante proveitosas, as professoras demonstraram entusiasmo ao compartilhar suas perspectivas sobre o ensino e as abordagens feitas aos conteúdos em suas turmas, bem como falavam com brilho no olhar sobre as atividades que propunham aos alunos. Citamos como exemplo, a oficina de Bonecas Abayomis, que foi organizada pelas próprias professoras, que buscaram aprender a confeccionar as bonecas de pano e nós ou tranças, que possuem relevante significado quando falamos de representatividade e cultura negra, afim de ensinarem seus alunos a fazer as Abayomis, que foram transformadas em chaveiros pelos alunos e vendidas em almoço de final de ano da escola, com a finalidade de angariar fundos para custear a confecção da bandeira da escola e as camisetas dos alunos. Cabe destacar que a imagem que consta nestas peças, bandeira e camisetas, é a figura de uma mulher negra com turbante, reforçando o significado da representatividade na formação daqueles estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do aqui exposto, o que pretendemos mostrar não foi um roteiro pronto a ser seguido pelos educadores no processo de implementação da educação quilombola, mas apresentar alguns elementos que fomentem a discussão em torno da mesma, de maneira que essa educação trilhe pelos caminhos da construção de uma coletividade e emancipação. Não há dúvidas acerca dos reflexos que o currículo escolar tem em uma concepção, seja ela qual for, esta, por si só, já se constitui em algo de muito particular, principalmente no que tange a “educação quilombola, por esta partir de referências que não são comumente divulgadas em pesquisas que tratem sobre educação formal. Por isso, a defesa incansável de que a educação seja implementada “com e não para” os quilombolas”.

Certamente, outras visões e interpretações podem discordar, o que consideramos de extrema importância para que se estabeleça o debate referente as questões aqui mencionadas. Porém, entendemos que uma educação quilombola, não pode abrir mão de um planejamento que visualize ações a curto e longo prazo, e, sobretudo, que tenha como base inicial a busca de informações a respeito das comunidades quilombolas e seus processos educacionais. Não há como pensar também que um movimento como esse não gere a possibilidade de uma reestruturação do currículo escolar, de um processo de formação de professores/as, de repensar a elaboração de materiais didáticos e do envolvimento das comunidades como protagonistas de sua história, durante todo o processo de mudança de paradigma educacional.

Isso significa a disposição de mexer nas “estruturas educacionais” para que não fiquemos na superficialidade da questão. São esses movimentos que se apresentam como o inovador no tema. Outro aspecto a ser considerado com muita cautela na elaboração de materiais didáticos, como elemento chave para a implementação da educação quilombola como Modalidade de Ensino da Educação Básica. Esse debate está apenas nas suas fases iniciais e o texto aqui apresentado não tem pretensão de ser a única contribuição, mas sim um outro ponto de vista sobre a temática, já que parte de dentro de uma comunidade quilombola. Pretendemos, na condição de quilombola e professora quilombola que sou, que a implementação de políticas públicas para a população negra apresentem-se como caminhos pavimentados de superação das desigualdades entre negros e brancos em nosso país, assim, seguimos com pretensões de estudar e debater a relação das políticas públicas de educação com as comunidades quilombolas.

Arriscamo-nos a trazer algumas questões e argumentos para refletir o processo de construção coletiva de uma perspectiva de educação quilombola. No entanto, necessitamos reconhecer que ainda são poucas as referências que tratam especificamente da concepção de uma educação quilombola, porém, não é impossível estabelecer um diálogo, entre as teorias aqui apresentadas e a educação aqui mencionada. Na falta de modelos identitários positivos, o aluno negro/a é conduzido a negar a identidade de seu povo de origem, em favor da identidade do “outro”- o branco- apresentado como superior. A maioria das situações escolares favorece uma atitude de não aceitação e de distanciamento dos valores da ancestralidade negra.

Por fim, devemos reafirmar, que a crença de que a Educação Quilombola representa forte potencial de interferir positivamente nesse árduo cenário de discriminação racial e seja capaz produzir outra imagem dos quilombos e das comunidades quilombolas no Brasil para que, crianças, jovens e adultos quilombolas possam ver de forma positiva a participação de seus ancestrais na construção do país, e que a vejam como uma característica positiva sobre si mesmos, que tenham orgulho de pertencer a um povo, a um território, a uma história que tem cultura, trajetórias e significados próprios, porém, não como inferiores ou subalternos. Como iguais.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Jorge. Entrevista concedida à Alaídes Terezinha Dias da Costa. Mostardas, 18 de maio de 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 3].

Artigo **“Educação Escolar Quilombola: reafirmação de uma política afirmativa”**

Disponível

em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes\\_teses/artigo\\_edimar\\_a\\_goncalves\\_soares.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/artigo_edimar_a_goncalves_soares.pdf)> Acesso em maio de 2018

Artigo **“O Lugar da Vida Comunidade e Comunidades Tradicionais”** disponível em:

<<file:///C:/Users/117883/Downloads/27067-106069-1-PB.pdf>> Último acesso em julho de 2018.

Artigo **“Povos e Comunidades Tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva”**. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2014000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300008)> Último acesso em julho de 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [S.n], 1988.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>> Acesso em mar. de 2018

Dossiê Temático: **“Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas”**

Disponível em <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/3>> Acesso em abril de 2018.

Entrevista com professor **Rafael Sanzio Araújo dos Anjos** Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=1dgpZF9-S8U>> Acesso em julho de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais em educação**. São Paulo em Perspectiva, vol.14, São Paulo, Abril/junho 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>> Acesso em mar.2018

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

GUEDES, Marisa Oliveira. **Escravos de Quitéria após o recebimento do legado**. 2018. Disponível em: <<http://quilombodecasca.blogspot.com>> Acesso em julho de 2019.

**Guia Prático de Educação Patrimonial- IPHAN** Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf)> Acesso em abril de 2018.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, 2014. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)> Acesso em mar.2018.

MOLL, Jaqueline. **Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral** in Pátio, Revista Pedagógica – Ago./out. 2009. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em <<http://loja.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/6376/um-paradigma-contemporaneo-para-a-educacao-integral.aspx>> Acesso em mar. 2018.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MOURA, Clóvis. **Quilombos resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1993.

OLIVEIRA, Carla. Entrevista concedida à Alaídes Terezinha Dias da Costa. Mostardas, 18 de maio de 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 5].

Programa Salto Para O Futuro 2017 | Educação Escolar Quilombola **Disponível em:** <<https://www.youtube.com/watch?v=p4kR5NvnPKY>> Acesso em abril de 2018.

**Relatório Antropológico a Comunidade de Casca: estudo de área complementar**

Disponível em

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126164/Quilombos%20no%20Sul%20do%20Brasil.Casca-RS.pdf?sequence=1>> Último acesso em junho de 2018.

SILVA, Luana. Entrevista concedida à Alaídes Terezinha Dias da Costa. Mostardas, 18 de maio de 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice 4].

**WEBSITE IPHAN** <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em mar. 2018

## APÊNDICES

**APÊNDICE 01: Carta de apresentação com a qual apresenta-se a pesquisa e o programa de mestrado perante os órgãos públicos.**



Rio Grande, 2 de maio de 2018

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Por meio desta, apresento a mestranda Alaídes Terezinha Dias da Costa, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) a qual se encontra em fase de levantamento de dados para satisfatório desenvolvimento de sua dissertação intitulada “De modelo a toda a terra: valorizando o patrimônio cultural quilombola na sala de aula”, a ser realizada na comunidade remanescente de quilombo de Casca, município de Mostardas.

*Carmem G. Burgert Schiavon*  
Profa. Dra. Carmem G. Burgert Schiavon

Orientadora

**APÊNDICE 02: Carta de cessão de direitos de uso da entrevista.****CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS  
SOBRE DEPOIMENTO ORAL**

Pelo presente documento, eu, CARLA FABIANA OLIVEIRA

RG nº 30616L9551 declaro, ceder ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande-PPGH-FURG, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à Alaídes Terezinha Dias da Costa, pós graduanda do PPGH-FURG.

O Programa de Pós-Graduação em História-FURG fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

MOSTARDAS, 04 de MAIO de 2018

CARLA FABIANA OLIVEIRA  
Assinatura do depoente

**APÊNDICE 03: Entrevista com gestor do município de Mostardas.**

Entrevista com gestor do município de Mostardas\_ data da entrevista: 4 de maio de 2018

Entrevistadora: Bom, Jorge então, eu gostaria que tu começasse por favor dizendo o teu nome completo e tua atribuição na prefeitura.

Entrevistado: Jorge Amaro de Souza Borges, secretário de meio ambiente e secretário de planejamento de Mostardas.

Entrevistadora: Tá, nós estamos hoje dia 4 de maio no prédio da prefeitura em Mostardas.

É... estamos entrevistando o Jorge para uso na minha pesquisa de mestrado pela FURG.

Jorge, tu autoriza que eu use as informações da entrevista no meu trabalho de mestrado?

Entrevistado: Sim, autorizo.

Entrevistadora: Então eu gostaria que tu pudesse me contar um pouco das atividades que a prefeitura tem desenvolvido visando uma melhoria na situação da população negra da cidade, seja na questão da visibilidade ou em situações concretas mesmo.

Entrevistado: Bom... a prefeitura municipal de Mostardas, né... ela, o município por ter três comunidades quilombolas, por ter dentro da sua construção histórica um a participação importante da população negra, quando... eu que sou filho da terra né..sai faz vinte anos, sai para estudar e retornei vinte anos depois, hã... e sendo oriundo de uma comunidade quilombola, a comunidade dos Teixeiras, eu tinha o compromisso de tentar trazer pra dentro da prefeitura projetos de promoção da igualdade racial e principalmente políticas públicas que ficassem institucionalizadas. Quando iniciou então essa nova gestão no ano passado, a primeira questão assim que a gente começou a trabalhar foi de ter uma política pública de promoção da igualdade racial com a participação efetiva da prefeitura dentro das comunidades, de forma a estar ouvindo, a estar dialogando, então por exemplo, desde o ano passado e esse ano a gente tem participado de todos os fóruns das comunidades quilombolas daqui do litoral, que é um espaço que as comunidades tem de diálogo entre elas e de trazerem suas demandas, então a gente tem participado ativamente destes fóruns, tem sido dentro da prefeitura um canal de escuta das demandas da comunidade. Então as ações que a gente se propôs a fazer elas passaram primeiro por implementar a política de igualdade racial, e ai isso se deu através do conselho, então instituímos o conselho municipal

de promoção da igualdade racial no ano passado, o conselho está ativo, tem uma presidenta eleita que é uma servidora pública negra, a Roberta, inclusive a presidenta do conselho ela é de Rio Grande, não é... é nossa agrônoma aqui da secretaria do meio ambiente é servidora, então o conselho ele tem participação do povo de terreiro, participação das comunidades quilombolas, dos sindicatos, é um conselho que tá iniciando este trabalho de principalmente dar voz a esse tema dentro da prefeitura, os servidores que participam em sua grande maioria são negros, a gente tá estimulando... ou seja, porque é que tem um conselho de promoção da igualdade racial? É para que aquela população, então os negros, tenham voz dentro da prefeitura, assim como se tem um conselho da mulher é para as mulheres. Se tem um conselho da pessoa com deficiência é um conselho das pessoas com deficiência e o conselho de promoção da igualdade racial ele é do povo negro, então, a primeira coisa que a gente fez foi isso e aí no sentido de dar legitimidade ao conselho garantindo ele legalmente, então tem uma portaria, tem um decreto, ele está legalmente constituído então não é um conselho informal, ele é formal dentro da estrutura da prefeitura. Bom, fizemos o conselho, depois nós buscamos ... com... existe no Brasil o SINAPIR, que é o sistema nacional de promoção da igualdade racial, que são aqueles estados e municípios que tem compromisso assumido e assinado com a promoção da igualdade racial, então nós procuramos ver quais seriam os caminhos para Mostardas aderir ao SINAPIR, então... o primeiro passo era ter o conselho, então fizemos o conselho, instituímos o conselho, inclusive a primeira reunião... o ato de assinatura... da formalização do conselho ele foi muito emotivo e carregado... ham... assim... porque nós fizemos ele na casa de cultura ... a casa de cultura de Mostardas talvez seja o único espaço público dentro da área urbana do município que leve o nome de um negro em Mostardas é a casa de cultura que leva o nome do senhor Orlando Cardoso Duarte, só que lá na casa de cultura não tinha nada que dissesse que o nome da casa de cultura é Orlando Cardoso Duarte, esse nome é desde 2013, uma Lei municipal de 2013. Nós fizemos um painel, não é, um painel grande que ocupou meia parede da casa de cultura com fotos do seu Orlando, do finado Orlando e da dona Orlanda e no dia de inaugurar o painel foi o dia em que o conselho também foi instituído oficialmente, quando seus membros foram nomeados, então estava lá a dona Orlanda, estava lá a tia Irma, estavam lá as comunidades, pessoas dos quilombos, então foi um dia assim muito significativo e emblemático pro município, não é... ou seja o nome da casa de cultura era Orlando Cardoso Duarte mas não tinha nenhuma foto dele lá, então agora tem um painel gigantesco com a foto dele lá, não é... ele com a dona Orlanda, ele como tosquiador, ele como dançante de

ensaio de promessa para as pessoas saberem “olha essa casa tem nome e o nome é de um negro”, então isso também foi uma ação que a gente fez e eu sempre brinco que no período de janeiro a agosto do ano passado eu fui secretário de turismo e cultura, talvez esta tenha sido minha grande obra como secretário de turismo e cultura, em que eu pude ter.... Eu acho que é isso também, se a gente é negro e a gente está em um espaço de decisão não tem como a gente não aproveitar isso também para valorizar nossa cultura, se eu não fizer isso quem é que vai fazer, então, bom... então fizemos o conselho, instituímos o conselho, fomos a Brasília pra ver qual seria o processo pra aderir ao SINAPIR o sistema nacional, precisaria de um órgão gestor que cuidasse da política de igualdade racial, então por portaria o prefeito delegou a mim secretário do planejamento a função de ser o coordenador da política de igualdade racial, ou seja, não teve um... não foi preciso nomear alguém, não, nomeou a mim, não vai ter gastos a mais, então com isso a gente mandou a documentação pra Brasília, com a legislação do conselho, com a legislação da política de igualdade racial e a legislação... e o termo de adesão, além disso o município já tinha feito por decreto adesão à Década dos Afrodescendentes da ONU. Então tudo isso a gente fez... tudo está documentado, tudo tem decreto, tudo tem portaria... tudo foi feito de forma a ficar consolidado no município, agora uma das coisas que foi uma vantagem que a gente teve foi que em 2012 nós já tínhamos uma política de igualdade racial, em 2012 teve um vereador, Gilberto Pacheco, ele assumiu como vereador por dois meses se não me enganar e daí eu não estava aqui eu estava em Viamão, Porto Alegre e daí ele me ligou “Jorginho, eu vou assumir como vereador tem algum projeto de Lei que tu acha que eu devo apresentar?” e aí eu mandei pra ele o projeto da política de igualdade racial e mandei pra ele o projeto do conselho da pessoa com deficiência nos dois meses ele apresentou estes projetos e aprovou o projeto, então a política de igualdade racial já existia desde 2012 só que nunca tinha sido implementada. Então já tinha, facilitou e em 2016 nós já tínhamos a lei do conselho de igualdade racial este conselho inclusive talvez na história de Mostardas tenha sido a primeira Lei que não foi projeto nem dos vereadores, nem do prefeito, em 2015, quando eu também não tava aqui, eu vinha nos finais de semana e nós nos reuníamos na escola 11 de abril com o diretor Álvaro que sempre foi um defensor desta causa o professor Álvaro e elaboramos a Lei, reuníamos algumas pessoas, fazíamos um almoço e nós mesmo elaboramos a lei porque antes de elaborar a Lei eu explicava para as pessoas o que é conselho, porque que tem que ter conselho... e em 2015, então o que que nós fizemos... nós nos dirigimos para a Câmara de vereadores, mais ou menos 30 pessoas e entregamos a Lei na Câmara então eles não

tiveram o que fazer, receberam o projeto e tiveram que... daí o projeto tramitou, mas só foi ser aprovado em 2016, então quando eu cheguei em 2017 já tinha a Lei, então o que eu tinha que fazer só... botar a Lei né... tirar do papel e colocar na vida. Então pegamos todo o formulário de Brasília mandamos não é, e esse ano saiu em abril a publicação no diário oficial como Mostardas como o primeiro município de todo o litoral a aderir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, então Mostardas é referência no litoral na área de políticas públicas porque está lá no papel, está assinado, ou seja, não é o prefeito A ou prefeito B... ai claro isso entra .... a importância que é a capacitação, todos os documentos tem que ir assinados, tem que ir bem elaborados, porque... as portarias, ai entra a importância assim da gente também... eu sempre digo assim oh... é óbvio que a gente quer que as pessoas negras, que as pessoas com deficiência, que os indígenas... todos estes que não tem acesso aos espaços que ocupem os espaços, agora a gente tem que tá preparado pra ocupar, porque se a gente não está... porque primeiro quando a gente entra em um lugar a gente sempre vai ser julgado de forma diferente, então no primeiro erro a gente já vai ser julgado, então assim a gente tem que tá muito preparado, eu sempre digo oh se eu não tivesse saído e me capacitado certamente eu viria pra cá e não faria um por cento do que eu estou fazendo porque a minha formação tá me ajudando a fazer isso, então a gente tá assim construindo bases pra que o município tenha políticas públicas efetivas, a gente tá começando... e ai eu sempre digo não é... uma casa sempre começa pelo alicerce, a base tem que ser bem... então a gente tá construindo uma base que vai ficar pro futuro não é ... a gente sabe que vão ficar aqui leis, vão ficar instrumentos que daqui a dez anos as pessoas vão olhar e falar “oh nós temos aquele instrumento lá, algo que nos garante aquele direito” então as políticas tem sido nesse sentido.

Entrevistadora: Sim. Jorge, uma coisa que tem sido bastante significativa, ao meu ver, é uma tentativa de que se passe a reconhecer a cidade como uma cidade afro-açoriana, essa é uma iniciativa da prefeitura como um todo ou é uma iniciativa particular?

Entrevistado: É uma iniciativa, digamos que assim, talvez tenha iniciado como uma iniciativa particular, mas que tem ganhado força dentro da prefeitura. O prefeito inclusive tem defendido isso já, porque o que a gente tem dito em Mostardas... historicamente se deu o título de Mostardas cidade açoriana, que foi colonizada pelos açorianos e que a cultura de Mostardas era açoriana, mas a gente que vive aqui sabe que Mostardas tem uma importante participação açoriana e em momento algum a gente nega isso, bem pelo contrário, a gente reconhece e valoriza a cultura açoriana na nossa formação, mas a gente também quer dizer

que Mostardas tem uma herança muito forte africana da cultura, da história, da memória e que não é só uma herança moldada pela escravidão, então quando eu digo que Mostardas é uma cidade afro-açoriana eu estou reconhecendo o papel do negro no município não somente no quesito escravidão, mas no que ele trouxe de contribuição ao desenvolvimento, a tudo que o município é hoje, então é meio que resgatar essa história, resgatar essa memória e óbvio que isso não é algo simples de se afirmar, não é algo simples, por isso que eu digo que a própria cidade reconhecer... é um reconhecimento da cidade, não é algo que só o prefeito ou o secretário vão dizer, a cidade precisa se reconhecer. E aí esse próprio reconhecimento ele passa pelo reconhecimento do próprio negro, dele e aí historicamente...eu lembro que quando eu era criança e estudava aqui na escola 11 de abril e morava na vila eu achava assim...eu ficava pensando... olha o que vai ser de mim, eu vou ser o que?... eu não vou ser nada... a nossa baixa estima... a gente era... não tinha uma roupa direito, a gente era desvalorizado, era desmotivado...era...daí tu olhava pro lado e via assim, a tua mãe estudou até a quarta série, os teus primos e tios ninguém estudou, todo mundo trabalhando só em serviço braçal, então a criança negra, a baixa estima dela era... então quer dizer não tinha nada que te... então a ideia é tentar sim resgatar isso e mostrar o valor que o negro tem, mostrar que também o negro pode ser cientista, o negro também pode ser hã... uma mestranda, pode ser um doutorando, o negro pode ser o que ele quiser e agora pra chegar nesse ponto eu preciso reconhecer e enxergar a importância da minha cultura, da minha identidade, eu talvez tenha me assumido de fato quilombola quando eu sai daqui, porque daí eu vi o valor que a minha cultura, que a nossa história tinham, porque aqui o que que diziam pra mim... e aí minha própria família tinha dificuldade de se reconhecer porque daí era outra geração, uma geração que nasceu e viveu servindo, não é, assim, então...trazer a questão da “afro-açorianidade” pro debate é também fazer esse retorno as nossas raízes e assim é um trabalho que a gente tem feito e óbvio que a gente começa a afirmar isso e também começa né... ano passado nós fizemos.... ano passado talvez tenha sido uma overdose de igualdade racial no município, por que além dessas leis, além desses decretos a gente teve ações práticas, teve o prêmio Zumbi e Dandara, instituímos o prêmio em que todos os anos dez personalidades negras vão ser premiadas, por seu valor, por sua contribuição, por tudo que fizeram pelo município, não é... nós tivemos a conferência de igualdade racial, onde tivemos delegados pela primeira vez e foi inclusive o seu Adelino lá da Casca e a Edmara que foram delegados, que representaram o município lá em Porto Alegre, poxa sair daqui de Mostardas e ir lá representar a região em Porto Alegre... então são coisas

que ... o seu Adelino o orgulho que ele tem... toda vez que ele vem aqui... bom ele foi representar todos os quilombolas de Mostardas e praticamente do litoral, porque no litoral poucos fizeram, bom... foi nós e mais um ou dois municípios, então isso dá orgulho para as pessoas, as pessoas se sentem importante. A questão também que nós fizemos... a própria semana da consciência negra, a gente tem uma semana onde o município propôs a semana, onde praticamente em todas as escolas do município tiveram palestras, onde se valorizou muito isso, isso foi muito legal, as escolas valorizaram muito a questão da história de vida das pessoas negras do município, então desde jovens, adultos e idosos puderam falar de racismo que não é uma coisa simples, e reforçar olha... não da pra jogar pra debaixo do tapete, agora, porque tudo isso aconteceu? Porque teve o amparo de uma política pública. Será que se não tivesse lei nenhuma ia acontecer?... eu acho que não. Porque tendo... vejam a lei da política de igualdade racial é de 2012, desde 2012 ta criada a semana da consciência negra e a primeira semana da consciência negra organizada pelo município foi acontecer em 2017. Então... 12, 13, 14, 15 e 16, por cinco ano que a lei ficou só no papel. Agora pra mim que estou como gestor é muito mais fácil criara algo e dizer... não eu estou cumprindo a lei, eu tenho uma lei que me ampara, então por isso que as políticas públicas são tão importante. E falar em uma cidade afro-açoriana é justamente falar nessa necessidade do município reconhecer de fato o papel e o protagonismo do negro na sua história.

Entrevistadora: No início do teu relato tu mencionou sobre tua infância, sobre tua trajetória escola e isso me fez lembrar que hoje a gente tem juma diretriz específica pra educação quilombola. Onde, em teoria, as escolas que possuem alunos quilombolas deviam apresentar uma visão diferenciada sobre a trajetória da população negra do município e do Brasil, de maneira geral e principalmente valorizara trajetória daqueles que estão na escola. Gostaria de saber de ti se o município ele tem alguma especificação para a s escolas que estão inseridas em quilombos, se não me engano Teixeiras também conta com uma escola de primeiros anos lá no quilombo, assim como a Casca tem uma também.

Entrevistado: Bem, isso é uma questão, talvez assim, a gente tá com... como a gente passou muito tempo sem ter praticamente nada, assim no contexto como política pública, isso foi uma questão que nós identificamos no ano passado, que com esse trabalho da semana da consciência negra, que agora a gente precisa fazer um trabalho mais específico com as escolas, no geral e no específico, no geral é pra toda a rede e no específico é no caso Casca que tem uma escola, Quitéria, e ali o entorno que tem o aluno que depois sai da

Quitéria vem para a Aparecida e depois pode ir para a Mario Quintana, então tem que trabalhar aquela rede de três escolas, assim como trabalhar Teixeira tem a Marcílio e tem a Emílio, tem duas escolas que recebem os alunos do Teixeira, hoje a gente não tem ações específicas relacionadas as comunidades quilombolas nessas escolas como uma política pública, como algo que seja permanente e esse talvez seja o grande desafio que a gente tem agora, que é pensar, no ponto de vista pedagógico, ações para essas escolas que estão no entorno das comunidades, mas ao mesmo tempo pensar que, esses alunos, depois podem vir aqui para o ensino médio no município, podem circular em outras escolas dentro do município. E eu, pela experiência que eu tenho, talvez nós não tenhamos nenhuma escola no município que não tenha nenhum aluno remanescente de quilombo, porque se você pegar...

digamos, a gente tem aqui a vila leste, a vila norte e a sul baixada, que é a nossa periferia, grande parte das famílias dessas comunidades são oriundos dos Teixeiras, são oriundos da Casca, são oriundos... que vieram pra cidade, então isso também é uma questão que não entrou no ano passado, mas que as vezes as pessoas me perguntam assim... porque hoje eu não to morando mais nos Teixeiras, mas desde que eu me conheço por gente no ponto de vista de formação... na verdade assim a educação liberta a gente, a gente pode dizer que nasce de novo assim, talvez quando eu entrei na faculdade eu nasci de novo, então desde que eu nasci de novo eu tenho me assumido quilombola, e hoje por exemplo, as pessoas me questionam assim... tipo Jorge, tu não moras mais nos Teixeiras, tu não é mais quilombola... eu digo um índio quando ele sai da aldeia e tem que morar na periferia da cidade ele deixa de ser índio?(... pausa para reflexão) um italiano que sai da Itália e vem morar no Brasil, ele deixa de ser italiano?(... pausa para reflexão) um português que sai de Portugal e vem morar no Brasil ele deixa de ser português?(... pausa para reflexão) então ser quilombola não tem a ver com onde tu mora, tem a ver com tua identidade, então... e a gente tem a qui um trabalho que a gente que fazer é as pessoas que são quilombolas e que moram na cidade. Que nasceram no quilombo e que por N fatores... minha família foi uma mesmo que, pelo êxodo rural das décadas de 70 e 80, veio pra cidade, a vila norte aqui ela se formou com gente vinda dos Teixeiras, vindas dali daquela região, com sonho de vir pra cidade e era um período em que era muito mais difícil tá no campo não é, talvez isso não tenha acontecido tanto com a Casca pela distância, mas com as comunidades mais próximas aqui, Teixeiras e Colodianos, muita gente veio pra cidade por quê?... com aquela ideia de que na cidade tem escola, na cidade tem... quando na verdade a vila nova quando se formou não tinha praticamente nada assim... então assim, a gente precisa de um trabalho e ai é um trabalho

de formação com o professor, um trabalho com o aluno, com a comunidade escolar, com o entorno..é isso né... quando a gente quer dizer que Mostardas é uma cidade afro-açoriana é também levar essas questões pro seio da comunidade, pra comunidade se identificar com essas questões que estão tão perto e ao mesmo tempo tão longe, não é...

Entrevistadora: Bom, agradeço pela entrevista, muito obrigada Jorge.

#### **APÊNDICE 04: Entrevista com professora da turma de 5º ano da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento.**

Transcrição entrevista professora 2 \_ data da entrevista: 4 de maio de 2018

Entrevistadora: Professora, tu podes me dizer teu nome completo por favor e o número de identidade se tu lembrares?

Entrevistada: Luana Terra da Silva, o rg é 3104792076

Entrevistadora: Eu estou com o celular só porque minha perguntas estão aqui, tá..

Entrevistada: Tá

Entrevistadora: Bom, tu autorizas que eu utilize o conteúdo dessa entrevista no meu trabalho de mestrado?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Obrigada.

Bom estamos na escola da Casca, hoje é dia 4 de maio de 2018, são 8 horas e 46 minutos.

Começo a entrevista então com a professora Luana. Professora, eu começo te perguntando o que é quilombo pra ti?

Entrevistada: (Há alguns segundos de reflexão)... quilombo foi onde os negros foram escravizados.

Entrevistadora: Sei... e o que é ser quilombola?

Entrevistada: Ser quilombola acredito, no meu ponto de vista, é tu aceitar que tu dentro daquela comunidade, lutar pelos ideais e viver aquilo ali.

Entrevistadora: E tu já ouviu falar nas diretrizes curriculares para a educação quilombola?

Entrevistada: Eu já ouvi falar, mas ler o material eu nunca li.

Entrevistadora? Não?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: E tu entende que a cultura e os costumes da comunidade estão presentes nas atividades em sala de aula?

Entrevistada: Este ano sim.

Entrevistadora: Este ano?

Entrevistada: Este ano. (risos)

Entrevistadora: Tu podes citar algum exemplo?

Entrevistada: Ham... nós estamos em geografia resgatando a paisagem da Casca, então a gente fez uma pesquisa de como que ela era a cinquenta anos atrás e como ela é hoje e sobre as memórias deles também, tipo como a questão familiar ali do nascimento deles então a gente acaba resgatando um pouco a cultura né...

Entrevistadora: Sim.

A comunidade participa de atividades na escola?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Tu te lembras de algum exemplo?

Entrevistada: Eu me lembro do ano passado do vinte de novembro que daí a gente fez esse dia da consciência negra aqui, a gente chamou a comunidade, os familiares e teve apresentações e fora as reuniões né que aconteceram durante o ano para trazer a comunidade mais pra perto também, pra participar mais.

Entrevistadora: Tem alguma atividade relacionada ao acervo de peças que tem aqui do lado?

Entrevistada: Não, por enquanto não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Porque... qual que tu achas que é o principal motivo pra não usar?

Entrevistada: Eu acredito... não usar né, mas eu acho que a gente pode sim fazer pesquisas né... quem trouxe aquele objeto... porque de tal história... porque ele era utilizado e hoje há outra forma né... as mudanças que aconteceram, os avanços não é... tecnologia.

Entrevistadora: Sim. Falando assim de maneira mais geral, tu acha que a cultura quilombola é valorizada em nossa cidade?

Entrevistada: Acredito que sim.

Entrevistadora: Tu te lembra de algum momento assim que tu possa entender como a cultura quilombola sendo valorizada na cidade?

Entrevistada: Eu acho que ela valorizada mais assim local do que na cidade toda, mais... (não conclui)

Entrevistadora: Sim, tu lembras de alguma atividade de formação que tu teve pra trabalhar na escola?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não teve?

Entrevistada: Não, não tive. Formação específica não né.

Entrevistadora: Sim. Ou então alguma atividade durante o ano que o município, a secretaria de educação promovam para falar sobre as comunidades quilombolas do município que são três?

Entrevistada: Na realidade, nós que fizemos o dia da consciência negra na escola...

Entrevistadora: Não é uma coisa...

Entrevistada: Não veio do município pra escola, foi da escola pra comunidade.

Entrevistadora: Na tua opinião as comunidades quilombolas elas, a cultura e a história delas são trabalhadas nas escolas do município?

Entrevistada: (há alguns segundos de reflexão) mais é na semana ... de novembro ali que... 20 de novembro.

Entrevistadora: Bom, tu dá aula pro quinto ano...

Entrevistada: Isso

Entrevistadora: Tu trabalha com quais materiais quando tu vais dar aulas de história?

Entrevistada: Trabalho com pesquisa, com livro didático né, na realidade me baseio mesmo pelo livro didático.

Entrevistadora: Tu te lembra o nome do livro didático?

Entrevistada: É da editora positivo, agora não... eu tenho ele ali na sala se tu quiseres... dai eu sigo os conteúdos que estão ali né, daí eu busco algumas atividades fora, a gente conversa, questão de ... mostro vídeos também pra eles sobre o assunto.

Entrevistadora: E eles são participativos quando tu propõe alguma atividade sobre a comunidade?

Entrevistada: São, eles interagem bem porque eles sentem vontade de saber também né.

Entrevistadora: Bom, era isso por hoje Luana. Muito obrigada

Entrevistada: Eu que agradeço.

Entrevistadora: Eu que agradeço muito.

**ANEXO 05: Entrevista com professora da turma de 4º ano da E.M.E.F. Quitéria Pereira do Nascimento.**

Transcrição entrevista com professora 1 \_ data da entrevista: 4 de maio de 2018.

Entrevistadora: Podes me dizer teu nome completo?

Entrevistada: Carla Fabiana Oliveira.

Entrevistadora: Sim. Tu te lembras teu número de identidade?

Entrevistada: Sim. 3061619551.

Entrevistadora: Concordas em ceder os direitos da entrevista para que eu use em meu trabalho?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Nós estamos então na escola Quitéria, na Casca e esta é uma entrevista para o programa de mestrado.

Eu queria saber, Carla, o que é um quilombo pra ti?

Entrevistada: Quilombo, na minha concepção... até quando vim pra cá a cinco anos atrás, eu acreditava ser uma região povoada somente por povos quilombolas, descendentes afro e quando cheguei aqui que vi toda essa... (a entrevistada reflete) essa mistura de povos eu pude entender que não, que não era bem assim, que eu estava bem errada (risos).

Entrevistadora: E então o que é ser quilombola pra ti? O que tu entende hoje como sendo quilombola?

Entrevistada: Hoje, até então, estando aqui nestes cinco anos eu acredito que sejam os povos descendentes dos afros, né, as pessoas que permaneceram e que usufruem e contribuem com a comunidade, porque muitos deles saíram e alguns também rejeitam, né, não aceitam.

Entrevistadora: Você já ouviu falar nas diretrizes curriculares para a educação quilombola?

Entrevistada: Sim, eu já ouvi, inclusive hoje em dia até eu vi uma notinha que saiu uma emenda, alguma coisa no congresso para extinguir, né... e fiquei bem preocupada.

Entrevistadora: É verdade. Tu entendes que a cultura e os costumes da comunidade estão presentes nas atividades em sala de aula?

Entrevistada: Olha, minha preocupação é que até então não estavam. Trabalhávamos a lista de conteúdos de uma escola dita normal, como as outras, mas a partir deste ano a gente tá com uma supervisora, uma diretora que tem batido muito nisto, pra que nós

trabalhássemos isso, inclusive minha preocupação quando vim pra cá era que a metodologia seria diferente e quando eu cheguei não era, era igual as outras.

Entrevistadora: E a comunidade participa de atividades na escola?

Entrevistada: Sim, a maioria em si quando é chamada eles vem e participam, colaboram, inclusive alguns até contam alguns casos, algumas coisas que aconteceram e que a gente nem sabe, eu por exemplo que não sou daqui não sabia. E eles são bem, presentes.

Entrevistadora: Tu te lembra de alguma destas atividades?

Entrevistada: Nós temos assim oh, a semana da consciência negra que o pessoal participa, a gente tem uma festividade aqui na escola e outras também... no mês passado nós fizemos uma reunião de pais a comunidade se fez presente, a gente... alguns contaram algumas histórias, a gente fez roda de chimarrão, já pra não se perder essas histórias e estamos tentando fazer isso mensalmente.

Entrevistadora: Tem alguma atividade relacionada ao acervo de peças que está aqui do lado (aponta para a sala em que se localiza o acervo de peças da escola), na sala de aula?

Entrevistada: Olha, na sala a gente não tem usado, o que acontece é que vem outras escolas visitar, a gente abre para eles visitarem.

Entrevistadora: Ah, acontecem essas atividades já...

Entrevistada: Já, já aconteceu, a escola aqui do lado, a Mario Quintana, já veio visitar, veio a de Palmares ano passado.

Entrevistadora: E como é que fazem, porque o espaço é bem restrito?

Entrevistada: É... então vai entrando de dois, três, o pessoal olha, dá espaço para os outros.

Entrevistadora: Tu percebes que a cultura quilombola é valorizada na cidade?

Entrevistada: Olha, poderia ser mais. (há alguns segundos de silêncio)

Entrevistadora: Tu te lembra de algum momento em que o município valorize essa cultura?

Entrevistada: Sim, nas palestras, debates, reuniões pedagógicas sim, algumas pessoas defendem sim, frizam, mas como eu te disse poderia ser mais.

Entrevistadora: E tem atividades de formação?

Entrevistada: Nós tivemos em 2014 o UNIAFRO que foi o único curso, inclusive eu não pude participar por problemas pessoais, né, tava de licença, mas faz falta, nós não temos.

Entrevistadora: Na tua opinião as comunidades quilombolas tem a sua cultura e trajetória valorizadas nas escolas do município ou do estado aqui na cidade?

Entrevistada: Olha, acredito que sim, mas ainda é pouco, porque geralmente é só naquela semana, como te falei na semana da cultura negra, não é... e o tema deve se trabalhar o ano todo e não apenas nessa semana.

Entrevistadora: É, o ano todo e em todas as disciplinas, não é...

Entrevistada: Em todas as áreas, em todas as disciplinas...

Entrevistadora: Bom... muito obrigada, obrigada.